

**LIVRO DE
QUESTÕES**

**ADMINISTRAÇÃO GERAL
E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

**LIVRO DE
QUESTÕES**

**ADMINISTRAÇÃO GERAL
E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**



EXPEDIENTE

Diretora editorial
Assistente editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Leandro Sales
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Willian Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Administração geral e administração pública / [Silvana Guimarães Ferreira]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
?? p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-32-0

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Administração - Problemas, questões, exercícios 3. Administração pública - Problemas, questões, exercícios I. Ferreira, Silvana Guimarães

CDU 35.08 (079.1)

19-0652

Índices para catálogo sistemático:
1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT032-19-ADMINISTRACAO-GERAL-E-PUBLICA

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Administração Geral

Funções Gerenciais.....	19
Liderança.....	19
Clima e Cultura Organizacional.....	21
Processo Organizacional.....	24
Gestão Estratégica.....	26
Gestão de Projetos.....	34
Processo Decisório.....	36
Motivação.....	37
Gestão da Qualidade.....	40
Gestão de Processos.....	46
Estrutura Organizacional.....	49
Gestão de Riscos.....	52
Trabalho em Equipe.....	53
Funções Administrativas.....	54
Eficiência, Eficácia e Efetividade.....	58
Gestão do Conhecimento.....	58
Comunicação Organizacional.....	59
Gestão da Mudança.....	60
Avaliação de Desempenho.....	61
Clima Organizacional.....	61
Teorias Administrativas.....	62
Gestão de Conflitos.....	65
Organização da Administração Pública.....	66
Gestão de Competência.....	67

SUMÁRIO

Organização do Estado.....	68
Receita Pública	69
Lei de Responsabilidade Fiscal.....	70
Rotinas Administrativas	70
Relação Interpessoal.....	71
Atendimento ao Público	71
Licitação.....	72
Atos Administrativos.....	73
Redação Oficial	73
Método de Arquivamento.....	74
Procedimentos Administrativos	74
Aprendizagem Organizacional	74
Metas Estratégicas e Indicadores de Desempenho.....	75
Qualidade de Vida no Trabalho.....	75
Convergências e Diferenças entre Gestão Pública e Privada.....	76
Organização, Sistemas e Métodos.....	76
Comunicação	78
Gestão da Informação e Conhecimento	78
Gestão Participativa.....	79
Processo Administrativo.....	79
Correspondência Oficial.....	80
Abordagens da Administração.....	80
Comportamento Organizacional	81
Comunicação e Controle.....	82
Delegação/Centralização/Departmentalização	83

SUMÁRIO

Departamentalização.....	83
Estrutura Hierárquica.....	84
Funções da Administração.....	84
Habilidades Gerenciais.....	84
Planejamento Estratégico.....	85
Teoria da Administração.....	85
Tipos de Autoridade.....	85
Controle Administrativo.....	86
Modelos Teóricos da Administração.....	86
Nova Gestão Pública.....	87
Organização e Estrutura do Estado.....	88
Planejamento Estratégico Governamental.....	88
Qualidade no Setor Público.....	89
Responsabilidade do Estado.....	89
Administração de Compras.....	90
Classificação de Estoque.....	90
Classificação de Materiais.....	91
Controle de Estoque.....	91
Logística.....	92
Objetivos da Administração de Recursos Materiais.....	93
Ciclo Orçamentário.....	94
Classificação da Receita Pública.....	94
Despesa Pública.....	94
Execução Orçamentária/Registro Contábil.....	95
Funções do Estado na Economia.....	96

SUMÁRIO

Funções do Orçamento Público	96
Instrumentos de Planejamento	97
Orçamento Público no Brasil	97
Tipos de Orçamento	98
Comportamento Organizacional	99
Gestão de Desempenho.....	100
Convergência e Diferença entre Administração Pública e Privada.....	100
Princípios da Administração Pública	101
Orçamento Público.....	101

Administração Pública

Excelência no Serviço Público	201
Governança, Governabilidade e Accountability	201
Comportamento Organizacional	205
Gestão da Qualidade	206
Teorias Administrativas	208
Gestão por Resultados.....	209
Gestão de Processos.....	211
Eficiência, Eficácia e Efetividade no Serviço Público.....	212
Convergências e Diferenças entre a Gestão Pública e a Gestão Privada	213
Gestão de Desempenho.....	214
Gestão de Contratos.....	214
Processo Administrativo.....	216
Organização e Estrutura do Estado	218
Nova Gestão Pública.....	220

SUMÁRIO

Lei Nº 8.112/1990 (Direitos, Deveres e Responsabilidades dos Servidores Públicos Civis).....	222
Princípios da Administração Pública	225
Atos Administrativos.....	226
Planejamento Estratégico do Poder Judiciário	227
Organização da Administração Pública.....	227
Controle da Administração Pública	228
Modelo de Excelência em Gestão Pública.....	228
Transparência da Administração Pública	229
Indicadores de Desempenho	230
Avaliação de Desempenho.....	230
Administração Pública Gerencial	231
Convergências e Diferenças entre Gestão Pública e Privada.....	231
Evolução da Administração Pública e Reforma Administrativa	232
Gestão Estratégica	235
Reformas Administrativas	237
BSC – Balanced Scorecard	238
Ciclo PDCA	238
Compras no Setor Público.....	239
Controle na Administração Pública.....	239
Organização Administrativa.....	240
Ética na Gestão Pública.....	240
Estrutura da Organização	241

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Sobre a Autora

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas e Gestão de Projetos.

Consultoria organizacional e comportamental.

Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Sociais, Gestão de Cidades e Planejamento Urbano e MBA Executivo em Coaching.

Desenvolvimento de projetos socioambientais.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento pessoal;
- Atendimento e vendas;
- Relações comportamentais.

FUNÇÕES GERENCIAIS

1. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Trata-se de comportamento de liderança caracterizado por amabilidade e preocupação com o bem-estar, a prosperidade e as necessidades dos colaboradores. Este estilo é denominado liderança

- a) flexível.
- b) incentivadora.
- c) orientada para resultados.
- d) situacional.
- e) diretiva.

2. (ARTESP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE – FCC – 2017) Considere as funções gerenciais abaixo:

- I. Exigir o início e a formulação de mudanças na maneira como a unidade opera.
- II. Diagnosticar tendências, visualizar possibilidades e planejar melhorias.
- III. Criar programas além de outras soluções para promover inovação.

Essas funções estão relacionadas com a categoria de funções:

- a) Situacionais.
- b) Informacionais.
- c) Interpessoais.
- d) Holísticas.
- e) Decisórias.

LIDERANÇA

3. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Entre as teorias comumente mencionadas nas literaturas relativas à liderança nas organizações, existe a Teoria Caminho – Meta ou Caminho – Objetivo, que elenca entre os possíveis comportamentos do líder, o

- a) autoritário-coercitivo, que decide todo o processo, o que será feito, quando será feito e como será feito.
- b) diretivo, que deixa claro o que espera dos liderados, organizando e proporcionando diretrizes claras sobre como as tarefas deverão ser realizadas.
- c) consultivo, que compartilha as decisões com os subordinados, permitindo flexibilidade na realização das tarefas.
- d) carismático, que motiva os subordinados em face de traços próprios de personalidade e comportamento.
- e) benevolente, que toma as decisões com base na satisfação das necessidades dos subordinados.

4. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) O tema da liderança nas organizações tem sido objeto de estudo na literatura e apresenta diferentes abordagens, dentre elas, as denominadas teorias situacionais, as quais apontam, entre outros preceitos:

- a) a importância da ênfase na produção e nas tarefas, relativizando o papel das características pessoais do líder.
- b) que a liderança é uma condição inata das pessoas, passível de transmissão apenas em situações peculiares.
- c) a possibilidade do desenvolvimento de traços de personalidade ligados às tarefas, sendo inviável desenvolver aqueles ligados à gestão.
- d) que o líder deve agir de acordo com as contingências e situações apresentadas pelo ambiente.
- e) que fatores exógenos não influenciam o comportamento do líder autêntico, eis que este deve sempre ter o domínio da equipe.

5. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Os estudos sobre liderança contemplam as denominadas Teorias Situacionais, entre as quais o Modelo de Fiedler, segundo o qual

- a) a liderança deve ser baseada na troca, cabendo ao líder participativo o atendimento das necessidades dos subordinados.
- b) a eficácia da liderança depende da adequação do estilo do líder com o grau de maturidade dos subordinados.
- c) a liderança deve ser diretiva, cabendo ao líder deixar claro o que espera dos subordinados, propondo ações claras e objetivas.
- d) a eficácia gerencial está atrelada à manipulação correta da situação e não ao estilo ou personalidade do líder.
- e) o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de liderança do líder com os subordinados e o grau em que a situação dá o controle e a influência para o líder.

6. (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Nem todos os administradores são líderes e nem todos os líderes são administradores. Liderança e administração são dois termos próximos, mas que costumam ser confundidos. A liderança é melhor definida da seguinte forma:

- a) ordem, consistência e direção por meio de planejamento;
- b) capacidade de influenciar pessoas para atingir metas;
- c) cargo de direção em uma organização;
- d) referência técnica ou autoridade no assunto;
- e) capacidade de agradar os funcionários e manter um bom clima organizacional.

7. (STM – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2018) Julgue o item seguinte, relativo à gestão e estrutura de organizações.

Líderes liberais são aqueles que adotam postura consultiva, compartilhando com suas equipes a tomada de decisão.

() CERTO () ERRADO

8. (EBSERH – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCF – 2017) Assinale a alternativa que apresenta o tipo de liderança capaz de motivar as pessoas a fazer mais do que é normalmente esperado.

- a) Líder transacional.
- b) Líder servidor.
- c) Líder interativo.
- d) Líder carismático.
- e) Líder autocrático.

CLIMA E CULTURA ORGANIZACIONAL

9. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) A cultura organizacional constitui um fenômeno estudado por diversos autores, estreitamente ligado a própria identidade da organização e à forma como ela é vista por seus integrantes e pela sociedade. Os autores costumam apontar, entre os aspectos, mais facilmente perceptíveis da cultura de uma organização

- a) o clima organizacional.
- b) os ritos de degradação.
- c) a osmose geográfica.
- d) a ideologia.
- e) os artefatos observáveis.

10. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Ao longo do tempo, diferentes teorias se sucederam para explicar, sob diferentes abordagens, o fenômeno da motivação. Entre elas, a Teoria de Campo, desenvolvida por Kurt Lewin, segundo a qual

- a) o comportamento é função ou resultado da interação entre a pessoa e o ambiente que a rodeia.
- b) o reforço negativo é capaz de fortalecer uma reação quando remove um estímulo aversivo.
- c) o comportamento humano é sempre orientado para resultados, o que se denomina instrumentalidade.
- d) existe uma hierarquia de necessidades individuais a serem satisfeitas que pautam o comportamento dos indivíduos.
- e) cabe diferenciar os fatores motivacionais intrínsecos, daqueles insatisfacientes, que são, em sua maioria, extrínsecos.

11. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) A cultura organizacional contempla o conjunto de valores e crenças que mantêm unidos os membros da organização e, por outro lado, produz perante a sociedade, através do conjunto de percepções, o que chamamos de imagem corporativa. Entre os níveis fundamentais da cultura apontados pela literatura, estão os denominados Pressupostos Básicos, que correspondem

- a) aos valores da organização, traduzidos na filosofia e ideologia adotadas.
- b) aos aspectos formais e abertos da cultura organizacional.
- c) à moldura normativa da organização, que contempla os comportamentos esperados e os reprováveis.
- d) aos símbolos e ícones representativos da organização, facilmente observáveis.
- e) à camada mais profunda da cultura, composta por crenças, percepções e sentimentos.

12. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Considere, abaixo, as diferenças comumente apontadas pelos doutrinadores entre cultura e clima organizacional:

- I. O clima é passível de avaliação, representando percepções, opiniões e sentimentos, enquanto a cultura contempla aspectos como valores e crenças.
- II. O clima, por sua natureza psicológica, é mais enraizado na organização, sendo assim de mais difícil modificação que a cultura.
- III. A cultura apresenta aspectos apenas formais e fechados, enquanto o clima apresenta apenas aspectos informais e abertos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) III.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) I.

13. (STJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2018) Julgue o seguinte item, relativo à gestão de clima e cultura organizacionais.

Em uma cultura organizacional forte, os valores essenciais da organização são intensamente acatados e amplamente compartilhados pelos colaboradores.

() CERTO () ERRADO

14. (TRE-TO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) Os componentes da cultura organizacional que englobam as crenças e os princípios que orientam as decisões estratégicas da organização são definidos como

- a) símbolos.
- b) missão
- c) slogan.
- d) marca.
- e) valores.

15. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) No que concerne à gestão de cultura organizacional, assinale a opção correta.

- a) A socialização visa adaptar os novos funcionários à cultura dominante de uma organização, de modo que os valores, as convicções e os costumes organizacionais não sejam despropositadamente desorganizados.
- b) Entre os traços de cultura comuns às organizações públicas, incluem-se a alta suscetibilidade do ambiente a turbulências, a insegurança em relação aos termos de manutenção do vínculo profissional e a desvalorização dos padrões formais de trabalho.
- c) As práticas de seleção adotadas em concursos, geralmente compostas de testes de conhecimento, constituem iniciativas orientadas exclusivamente para a manutenção dos traços culturais das organizações públicas.
- d) A cultura de uma organização não pode ser notada em registros documentais; apenas pelo convívio com os trabalhadores é que se identificam os traços distintivos de uma organização.
- e) Nas organizações públicas, as ações da alta liderança tendem a exercer menos impacto na cultura organizacional dado o caráter temporário das funções e dos cargos ocupados por esses líderes.

16. (AL-RO – ANALISTA LEGISLATIVO – FGV – 2018) Em relação ao conceito de cultura organizacional, assinale a afirmativa correta.

- a) Abrange os elementos não observáveis, como histórias e heróis.
- b) Representa apenas os aspectos tangíveis de uma organização, como artefatos e símbolos.
- c) Consiste em características únicas e imutáveis de uma organização.
- d) Possui como essência os pressupostos básicos e crenças estabelecidas pela organização.
- e) Manifesta-se fundamentalmente em organizações da indústria criativa.

17. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Dentre as atividades inerentes ao processo organizacional, aquela consistente em identificar e agrupar logicamente as atividades da entidade e delinear responsabilidades corresponde a

- a) planejamento.
- b) coordenação.
- c) organização.
- d) direção.
- e) controle.

18. (EBSERH – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – AOCP – 2017) Com relação ao processo organizacional, qual é o processo que envolve solução de problemas e tomada de decisões quanto a alternativas para o futuro?

- a) Coordenar.
- b) Dirigir.
- c) Comandar.
- d) Planejar.
- e) Controlar.

19. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) O processo organizacional compreende, entre as funções do administrador, aquelas consistentes em medir e corrigir o desempenho dos subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos. Trata-se da atividade de

- a) Controle.
- b) Planejamento.
- c) Direção.
- d) Comunicação.
- e) Organização.

20. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Um dos aspectos comumente apontados como diferenciação entre os conceitos de clima e cultura organizacional consiste em que

- a) Cultura é mais profunda, representando os pressupostos básicos do clima organizacional.
- b) Clima possui natureza descritiva, representando o ser, e cultura prescritiva, representando o dever-ser.
- c) Clima comporta mensuração, por meio de pesquisas, e cultura alteração, com base em ritos de degradação.
- d) Clima possui natureza avaliativa, podendo ser classificado como favorável ou não, enquanto a cultura é descritiva, objeto de constatação.
- e) Cultura possui apenas elementos intrínsecos, e clima aspectos extrínsecos, denominados artefatos observáveis.

21. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Para mudar a cultura e o clima organizacionais, a organização precisa ter capacidade inovadora, ou seja: adaptabilidade, senso de identidade, perspectiva exata do meio ambiente e integração entre os participantes. A adaptabilidade é a capacidade de

- a) Investigar, diagnosticar e compreender de forma realista o contexto organizacional.
- b) Conhecer e compreender o passado e o presente da organização e de compartilhar essas informações por toda hierarquia.
- c) Resolver problemas e de reagir de maneira flexível às exigências mutáveis e inconstantes do meio ambiente.
- d) Estimular o funcionamento orgânico e integrado entre a organização e o meio ambiente, aceitando e estimulando as diferenças.
- e) Transição de uma situação para outra diferente ou a passagem de um estado para outro.

22. (TRANSPETRO – ADMINISTRADOR JUNIOR – CESGRANRIO – 2018) Um estudante de Administração está fazendo uma pesquisa sobre as empresas nas quais gostaria de trabalhar. Ele é um indivíduo bastante espontâneo, inteligente, curioso e com grande potencial de desenvolvimento.

Conversando com seus colegas sobre as empresas que havia pesquisado, e suas intenções, um deles observou que algumas empresas listadas por ele apresentavam uma cultura que talvez não fosse adequada para o seu estilo e objetivos profissionais.

Pensando nesse comentário, ele foi pesquisar mais sobre os tipos de cultura que podem existir nas organizações e identificou que gostaria de trabalhar em uma empresa onde pudesse pesquisar, conversar sobre diversos conhecimentos e gerar ideias, onde o ambiente fosse agradável e que houvesse uma visão clara e de longo prazo permeando a organização.

Com base nessas informações, conclui-se que esse estudante deseja trabalhar em uma organização cuja cultura seja de

- a) Inovação
- b) Pessoas
- c) Tarefas
- d) Funções
- e) Poder

1.

Em "a": Errado – Característica da liderança situacional, na qual o líder estará frequentemente avaliando seus colaboradores e alterando seu estilo de liderança, sendo ela dinâmica e flexível.

Em "b": Certo – Trata-se da liderança que apoia os liderados, é uma liderança encorajadora, na qual o líder é amistoso e acessível, motivando os subordinados.

Em "c": Errado – Trata-se de liderança que estipula objetivos claramente mais ou menos, desafiando os liderados a atingir seu melhor nível de desempenho.

Em "d": Errado – A liderança será definida com base no nível de maturidade dos liderados.

Em "e": Errado – Nesse tipo de liderança o foco é na tarefa e suas decisões costumam ser tomadas isoladamente, sem a participação dos colaboradores.

GABARITO OFICIAL: B**2.**

Em "a": Errado – não se trata de função gerencial.

Em "b": Errado – está relacionada à transmissão de informação.

Em "c": Errado – relacionada à interação de pessoas.

Em "d": Errado – não se trata de função gerencial.

Em "e": Certo – relaciona-se às ações que envolvam a gestão do negócio.

GABARITO OFICIAL: E**3.**

Em "a" e "c": Errado – Teoria de Likert.

Em "b": Certo – Estamos aqui nos referindo à teoria caminho-objetivo, que encontramos no contexto da abordagem contingencial da Administração, criada por House e que propôs que o comportamento poderia ser classificado:

- Diretivo: o líder dá a direção de como as tarefas devem ser realizadas, buscando estruturar as tarefas para os subordinados e comunicar o que se espera deles, esclarecendo políticas, regras e procedimentos.

- De apoio: demonstra interesse pela satisfação das necessidades e preferências participativo: se dá através de consultas junto aos subordinados e encoraja-os a participar do processo de tomada de decisões;

- De realização: envolve encorajar a excelência na performance, incluindo a fixação de metas desafiadoras e a busca por padrões de alto desempenho.

Em "d" e "e": Errado – teoria de Max Weber

GABARITO OFICIAL: B**4.**

Em "a": Errado – Produção e tarefas não é o foco da liderança situacionais, sim a liderança sendo exercida no contexto ambiental em que ela ocorre, levando em conta o líder, os liderados, a tarefa, a situação, os objetivos

Em "b": Errado – O que temos aqui é uma abordagem que trata dos traços de personalidade, e não de adequação da liderança à situação como aponta a liderança situacional.

Em "c": Errado – Como vimos acima, a liderança situacional trabalha a adequação do líder ao ambiente, à situação, no que se insere o desenvolvimento de aspectos relacionados à gestão.

Em "d": Certo – Como vimos em "a": é a liderança sendo exercida no contexto ambiental em que ela ocorre, levando em conta o líder, os liderados, a tarefa, a situação, os objetivos.

Em "e": Errado – O ambiente é formado por questões tanto internas como externas e, compete ao líder exatamente compreender este ambiente, suas características e ocorrências e ajustar sua forma de liderar e apontar soluções e direcionamentos.

GABARITO OFICIAL: D

5.

Em "a": Errado – Na liderança existe o incentivo do líder para que o liderado contribua no processo, não se trata de troca.

Em "b": Errado – A eficácia da liderança depende do ajuste entre o líder e a situação.

Em "c": Errado – A liderança diretiva é o estilo de liderança adotada em relação aos empregados que demonstram uma baixa maturidade.

Em "d": Errado – O sucesso da liderança está em conseguir perceber cada contexto de ambiente, situação, envolvidos e, adaptar o melhor método de liderança em função das circunstâncias, não basta apenas manipular corretamente a situação.

Em "e": Certo – Segundo Fiedler, o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de interação do líder com seus subordinados e o grau em que a situação dá controle e influência para o líder. Ele isolou três critérios situacionais:

- Relação dos membros líderes (líder-liderados)
- Estrutura da tarefa
- Poder de posição

GABARITO OFICIAL: E

6.

Em "a": Errado – A liderança não está, necessariamente, atrelada a um planejamento, é importante que a influência do líder esteja coerente com o planejamento organizacional, porém, não é algo engessado.

Em "b": Certo – A seguir, o conceito de acordo com três dos mais respeitados autores sobre o assunto:

- Maximiano - A liderança é o processo de conduzir as ações ou influenciar o comportamento e a mentalidade de outras pessoas.
 - Chiavenato - A capacidade de influenciar as pessoas a fazerem aquilo que devem fazer.
 - Robbins - Capacidade de influenciar um grupo para alcançar metas.
- Em "c": Errado – Nem todo mundo que ocupa cargo de direção é líder.

Em "d": Errado – A liderança não requer conhecimento técnico, é muito mais pertinente ao aspecto comportamental.

Em "e": Errado – Não é questão de agradar, e sim, de influenciar.

GABARITO OFICIAL: B

7.

O enunciado se refere ao líder democrático.

Como características do líder liberal temos: Ocupa o papel de passividade, permitindo total liberdade para a tomada de decisões individuais ou grupais, participando delas apenas quando solicitado pelo grupo; São os membros do grupo que treinam a si mesmos e promovem suas próprias motivações. O líder tem apenas um papel secundário. A decisão parte da equipe e não do líder.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

8.

Assinale a alternativa que apresenta o tipo de liderança capaz de motivar as pessoas a fazer mais do que é normalmente esperado.

Em "a": Líder transacional – Errado – A Liderança Transacional tem como característica "guiar" os liderados e "motivar" seus seguidores visando metas pré-estabelecidas com base nas exigências dessas tarefas e das atribuições do liderado. Seu papel é esclarecer como desempenhar as tarefas.

Em "b": Líder servidor – Errado – É marcado, principalmente, pelo equilíbrio entre autoridade e humildade. É aquele que participa ativamente do cotidiano de seus subordinados e que valoriza a troca produtiva de ideias e experiências, disposto a quebrar paradigmas e a reconhecer o sucesso de seus pares.

Em "c": Líder interativo – Errado – Não está elencado nos tipos de liderança, no entanto, uma liderança comprometida com seus liderados, tem a responsabilidade de buscar ações interativas que facilitem a sinergia e propiciem um clima assertivo nas relações de trabalho. Leia mais sobre os modos interativos de liderar propostos por Edward De Bono.

Em "d": Líder carismático – Certo – O líder carismático faz seus seguidores suprirem seus interesses próprios e trabalhar exclusivamente na realização da missão, causa e meta. O líder carismático possui a capacidade de incentivar os seguidores a suprir seu desempenho passado e seu interesse pessoal, criando um comprometimento relacionado aos objetivos. O carisma, ou capacidade de influência do líder, apela para as emoções dos seguidores e estimula sua identificação com o líder.

Em "e": Líder autocrático – Errado – O líder centraliza totalmente a autoridade e as decisões. Os subordinados não têm nenhuma liberdade de escolha. O líder autocrático é dominador, emite ordens e espera obediência plena e cega dos subordinados.

GABARITO OFICIAL: D

9.

Em "a": Errado – Não é um dos componentes da cultura organizacional.

Em "b": Errado – Classificado como um dos subelementos da organização.

Em "c": Errado – Trata-se de um reforçador da cultura organizacional.

Em "d": Errado – Pode ser considerada como pressuposição básica.

Em "e": Certo – Trata-se do elemento mais perceptível dentre todos.

Vejam os níveis dos componentes da Cultura Organizacional de acordo com o nível de superficialidade, sendo do mais superficial ao mais profundo.

Artefatos: O mais superficial, visível e perceptível.

Padrões de comportamento: as regras que criam um comportamento linear e padronizado

Valores compartilhados: não são visíveis, estão enraizados nas pessoas, pois, esses valores têm relevância tal que definem as razões pelas quais as pessoas fazem ou deixam de fazer algo.

Símbolos, rituais, ritos e cerimônias: são os subelementos da empresa, ou seja, são as práticas da organização, ou seja, manifestações que se apresentam como resultado de sua cultura e rodeiam o que podemos chamar de núcleo da cultura organizacional, isto é, seus valores.

Pressuposições básicas: trata-se de crenças inconscientes, sentimentos e pressuposições básicas que regem o pensamento e o comportamento das pessoas. Este é o nível mais profundo da cultura organizacional.

Diante dessas colocações, fica fácil entender que aspectos que se enquadrem aos níveis mais profundos, são mais difíceis de mudar, caracterizando culturas mais inflexíveis.

GABARITO OFICIAL: E**10.**

Em "a": Certo – essa teoria defende que o comportamento humano é um resultado das interações e das influências que a pessoa vivencia e absorve no ambiente em que vive, sendo portanto, um apontamento individual, pois, cada um lidará e reagirá de uma forma frente à essas experiências, e ao longo do tempo, a totalidade de experiências vividas cria um padrão comportamental na mente do indivíduo que será o mecanismo trabalhado por este para se relacionar no ambiente onde estiver inserido.

Em "b": Errado – trata-se da teoria do reforço, onde o comportamento humano é condicionado por determinadas experiências positivas ou negativas.

Em "c": Errado – trata-se da teoria da expectativa, que defende que o processo motivacional não depende apenas dos objetivos individuais, mas também do contexto de trabalho em que o indivíduo está inscrito. Essa teoria se baseia em três fatores: Expectância (aquilo que um indivíduo acredita ser capaz de fazer, após empreender um esforço); a Instrumentalidade (se o trabalho executado representa claramente a possibilidade de se atingir um objetivo esperado); e a Valência (ligação entre objetivo a ser atingido e o valor que este objetivo tem para o indivíduo).

Em "d": Errado – trata-se da teoria de Maslow, que defende que as necessidades são classificadas numa escala hierárquica (Pirâmide de Maslow).

Em "e": Errado – trata-se da teoria dos dois fatores, que aborda a relação entre motivação e satisfação. É dividida em dois fatores:

- Higiênicos (Quando não tem, desmotiva, mas quando tem, é indiferente): Condições de trabalho, Administração da empresa, salário, relações com supervisor etc.
- Motivacionais (Quando tem, motiva, mas o fato de não se apresentar não gera, necessariamente, desmotivação): Reconhecimento, trabalho em si, responsabilidade.

GABARITO OFICIAL: A

11.

Em "a": Errado – Valores Compartilhados

Em "b": Errado – Artefatos

Em "c": Errado – Valores Compartilhados

Em "d": Errado – Artefatos

Em "e": Certo – Pressupostos Básicos

GABARITO OFICIAL: E

12.

Afirmativa I – Verdadeira – O clima apresenta aspecto valorativo, ou seja, é um indicador de como as pessoas se sentem em relação à cultura e, sabemos também que ambos podem sofrer alteração.

Afirmativa II – Falso – O Clima Organizacional diz respeito aos humores, personalidades e temperamentos dos indivíduos da organização, ou seja, forma-se a partir da individualização de cada um.

Afirmativa III – Falso – A Cultura Organizacional diz respeito, a grosso modo, aos costumes e práticas comuns a todos os indivíduos da organização, podendo essa ser aberta, como por exemplo a cultura adaptativa e também apresentar alguns aspectos informais.

GABARITO OFICIAL: E

13.

Como sabemos, cultura forte é um dos quatro tipos de cultura e, através desse tipo, valores são compartilhados intensamente pela maioria dos funcionários e influência comportamentos e expectativas.

GABARITO OFICIAL: CERTO

14.

Em "a": "c" e "d": Errado – refere-se a artefatos físicos.

Em "b": Errado – é a razão pela qual a instituição existe, objetivos essenciais, orienta propósito, sendo que cada organização tem sua missão própria e específica.

Em "e": Certo – não são visíveis, estão enraizados nas pessoas, pois, esses valores têm relevância tal que definem as razões pelas quais as pessoas fazem ou deixam de fazer algo.

GABARITO OFICIAL: E

15.

Em "a": Certo – De forma bem simplificada, é situar o novo colaborador na cultura em que ele será inserido, de forma que seu comportamento esteja alinhado o mais rápido possível aquilo que a organização enxerga como sendo o ideal.

Em "b": Errado – Na verdade é perceptível a estabilidade e equilíbrio, visto que uma das vantagens desses profissionais concursados é a estabilidade, salvo casos específicos.

Em "c": Errado – Não é finalidade de concursos a manutenção de traços culturais, mas sim uma forma de seleção de profissionais com conhecimentos criteriosos e em conformidade com as funções disponibilizadas.

Em "d": Errado – A cultura organizacional possui aspectos visíveis e invisíveis, tais como, respectivamente artefatos e pressuposições básicas.

Em "e": Errado – As ações e comportamentos da alta liderança representam elementos significativos dentro da formação cultural das organizações públicas e privadas.

GABARITO OFICIAL: A

16.

Em "a": Errado – Caracterizam-se como o nível mais superficial da cultura, configurando as estruturas e processos organizacionais e as manifestações visíveis, que incluem a linguagem, arquitetura, tecnologia, objetos decorativos, vestuários e as cerimônias observadas.

Em "b": Errado – Representa Artefatos Observáveis, Valores e Pressupostos Básicos.

Em "c": Errado – A cultura é mais difícil de mudar, não é imutável.

Em "d": Certo – Os pressupostos básicos refletem as crenças inconscientes e inquestionáveis, que estão no nível mais profundo da organização e, as crenças são as filosofias, estratégias e metas, ou seja, são as regras, princípios, normas e valores éticos que direcionam o comportamento de um grupo, seus objetivos e os meios utilizados para atingi-los.

Em "e": Errado – Qualquer tipo de organização, independente do porte ou área, possui cultura organizacional.

GABARITO OFICIAL: D

17.

Em "a": Errado – define as atividades a serem realizadas e os resultados a serem alcançados.

Em "b": Errado – é uma subdivisão da direção - visa ligar, unir, harmonizar todos os atos e todos os esforços coletivos através da qual se estabelece um conjunto de medidas, que tem por objetivo harmonizar recursos e processos.

Em "c": Certo – organiza os recursos disponíveis, distribui tarefas e define quem fará o que e quanto terá de recurso para cada tarefa a fim de alcançar o definido no planejamento.

Em "d": Errado – dirige a execução do planejamento, para atingir os objetivos da organização.

Em "e": Errado – Analisa os resultados obtidos verificando se foram os planejados. Monitora as atividades, determinando se as coisas estão de acordo com o que foi planejado e definido

GABARITO OFICIAL: C

18.

Em "a": Errado – Todas as atividades devem ser alinhadas e coordenadas tendo em vista um objetivo em comum.

Em "b": Errado – Conduz e coordena as pessoas na execução das atividades organizadas e planejadas.

Em "c": Errado – É harmonizar todas as atividades e esforços, sendo às vezes, necessário preciso intervir e tomar as rédeas do que está sendo feito para não se desviar do planejado.

Em "d": Certo.

Em "e": Errado – Analisa os resultados obtidos comparando-os com os que tinham sido planejados.

As funções administrativas são as atividades principais desempenhadas pelos administradores nas organizações

A primeira delas é Planejar, isso significa que você terá que criar planos para o futuro de sua organização. Nesse momento começamos a programar o que estava no planejamento com o objetivo, claro, de colocar em prática o que está no papel, e é durante esse passo da programação que vemos a estrutura organizacional, a situação da empresa e das pessoas que a compõe.

A segunda função da administração é Organizar. Afinal, o que é uma pessoa organizada? É aquela que sabe onde, fisicamente, se encontra o que é necessário no momento certo, que transforma o ambiente/local de trabalho dela em um ambiente de fácil entendimento para qualquer um encontrar o que precisa? Também, mas no sentido que Fayol define é que as empresas são feitas de pessoas e estrutura física, essa função administrativa utiliza da parte material e social da empresa.

A terceira função é Comandar. Essa função serve para orientar e dirigir a organização. Se a empresa está rumo a um caminho e encontra obstáculos, caberá ao administrador dirigir, se for preciso, ou orientar a organização para traçar o objetivo, às vezes é preciso intervir e tomar as rédeas da organização e orientá-la e dirigi-la.

A quarta função é Coordenar. Sem dúvidas, essa é uma função primordial para motivar as pessoas que estão em um ambiente de trabalho, tanto para aprender cada vez mais quanto ao que tem relação em se esforçarem com o objetivo de cumprirem metas e, de forma coletiva, alcançar objetivos traçados pelo administrador da empresa.

E por último, a quinta função administrativa é Controlar. Uma organização sem normas e regras, certamente, terá menos desempenho que uma cujo controle se faz presente.

Segundo Fayol, essas cinco funções administrativas conduzem a uma administração eficaz das atividades da organização. Mas, com o passar do tempo, as funções Comando e Coordenação formaram uma só função, a de Direção. Então as funções de POCCC passaram para PODC (Planejar, Organizar, Dirigir e Controlar).

GABARITO OFICIAL: D

19.

Ponto principal de destaque do enunciado: medir e corrigir. Agora, analisemos cada uma das etapas do processo:

Em "a": Certo – controle: medir e corrigir

Em "b": Errado – planejamento: é a primeira etapa, estabelece metas e estratégias.

Em "c": Errado – direção: trata-se de atividades relacionadas à liderança, comunicação, motivação.

Em "d": Errado – comunicação: não faz parte do processo organizacional.

Em "e": Errado – organização: implementa o planejamento

GABARITO OFICIAL: A

20.

Em "a": Errado – os pressupostos básicos são o nível mais profundo da cultura organizacional e não do clima, que é, na verdade, o reflexo da cultura.

Em "b": Errado – a cultura é descritiva – descreve qual o comportamento desejado para a organização, e o clima valorativo, ou seja, é um indicador de como as pessoas se sentem em relação à cultura.

Em "c": Errado – ambos podem sofrer alteração.

Em "d": Certo – os conceitos estão devidamente descritos, cultura tem natureza descritiva e clima tem natureza avaliativa.

Em "e": Errado – artefatos observáveis fazem parte da cultura organizacional também.

GABARITO OFICIAL: D

21.

Em "a", "b", "d": Errado – podemos dizer que não há, necessariamente, um processo de adaptação.

Comportamento como investigar, diagnosticar, compreender, conhecer, compreender, compartilhar, estimular – não representa necessariamente que haja adaptação.

Não podemos afirmar aqui que o processo de adaptação tenha ocorrido tal qual sua proposta real, ou seja, capacidade de resolver problemas e de reagir de maneira flexível às exigências mutáveis e inconstantes do meio ambiente. Posso passar a conhecer, compartilhar, estimular, porém, não conseguir fazer isso de forma hábil e segura frente à uma situação problemática, evitando que os resultados não sofram impactos negativos, como desequilíbrio, baixa de rendimento.

Em "e": Errado – aqui é importante destacar que nem todos que passam por um processo de transição se adaptam a ele. Transição está relacionada à mudança em si, já a adaptabilidade em como eu me comporto diante da mudança.

Em "c": Certo – como vimos na alternativa comentada acima, a adaptabilidade é maneira como eu me comporto diante da mudança.

Em uma organização a capacidade de adaptar-se as inovações está diretamente relacionada à sua produtividade e competitividade no mercado.

E é impossível falar de adaptação sem falar em como o comportamento humano reage frente às situações diferentes, que fujam de sua zona de conforto, de estabilidade e domínio.

Daí, explica-se a necessidade de um estudo sobre o assunto, tal como de fato ocorreu e a partir dele surgiu o que hoje conhecemos como Teoria do Desenvolvimento Organizacional. (TDO)

Para Chiavenato (2003) para todas essas ocorrências evolutivas, inconstantes, inesperadas, provocando consequências tanto exógenas como endógenas, em especial a inovação, que passou a modificar a vida da sociedade, das organizações, do homem e da sua visão de mundo, a TDO veio como resposta às mudanças e a inovação, tendo como tarefa básica mudar a cultura e o clima da organização, não apenas no sentido de aplicar novos mecanismos e linhas de gestão, mas principalmente de minimizar os impactos causados pelas mudanças. Diante do exposto, fica mais claro entendermos as alternativas acima e suas relações com o conceito de adaptabilidade, dentro da proposta da TDO.

GABARITO OFICIAL: C

22.

Em "a": Certo – cada negócio possui uma finalidade bem definida e os recursos para executá-los são distribuídos conforme as prioridades.

Em "b": Errado – foco é totalmente direcionado para as pessoas.

Em "c": Errado – a administração é vista como basicamente preocupada com a solução contínua e bem-sucedida de problemas.

Em "d": Errado – costuma ser inflexível e ter alto gasto de tempo na execução das tarefas.

Em "e": Errado – quando as relações dentro das empresas são baseadas pelo poder.

GABARITO OFICIAL: A

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sobre os Autores

Silvana Guimarães Ferreira

Bacharel em Direito.

Especialização em Gestão Empresarial, Gestão de Pessoas e Gestão de Projetos.

Consultoria organizacional e comportamental.

Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas e Sociais, Gestão de Cidades e Planejamento Urbano e MBA Executivo em Coaching.

Desenvolvimento de projetos socioambientais.

Palestrante nas áreas de:

- Desenvolvimento pessoal;
- Atendimento e vendas;
- Relações comportamentais.

Cristiano Silva

Graduado em Administração pela UNINOVE.

Graduado em Gestão Pública pela UniCesumar.

Na área de docência, larga experiência na orientação à aprendizagem do aluno.

Professor de cursos preparatórios para concursos públicos desde 2005.

Professor de Administração e Gestão, transmitindo de modo didático o conhecimento destas disciplinas com o objetivo de aprovar o aluno no concurso público.

Aprovado em concursos públicos: no concurso da Secretaria do Planejamento e Saúde da Prefeitura de Guarulhos (agente administrativo da área de gestão pública). Concursos da Caixa Econômica Federal, CPTM e Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Autor de livros publicados pela Nova Concursos, editora líder em materiais didáticos, cursos *online* e videoaulas voltados à preparação para a carreira pública.

EXCELÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

1. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) A excelência nos serviços públicos corresponde ao grau máximo da qualidade dos serviços prestados. Não obstante difícil de ser alcançada plenamente, é certo que os programas de qualidade perseguem o seu atingimento. Exemplo disso é o modelo de excelência em gestão desenvolvido pela Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, que contempla

- a) critérios de excelência em gestão, inspirados nas melhores práticas das organizações, como o pensamento sistêmico.
- b) fundamentos de excelência, como estratégias e planos, que permitem medir o grau de excelência da organização.
- c) benchmarking, consistente em exemplos de ações e experiências bem-sucedidas passíveis de serem incorporadas.
- d) procedimentos padronizados para gerenciamento de processos, utilizando como ferramenta principal o workflow.
- e) sistema de pontuação que visa determinar o grau de maturidade da gestão da organização, tendo como referência os critérios de excelência e seus subitens.

GOVERNANÇA, GOVERNABILIDADE E ACCOUNTABILITY

2. (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) auditoria interna;
- b) conselhos de administração;
- c) conselho fiscal;
- d) controladorias;
- e) ouvidoria.

3. (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:

Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- a) accountability e transparência;
- b) auditoria interna;
- c) princípios e comportamentos;
- d) relacionamento com partes interessadas;
- e) sistema de governança.

4. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Na concepção de governança no setor público, o Tribunal de Contas da União emitiu um documento Referencial Básico de governança, o qual é aplicável a órgãos e entidades da administração pública, com vistas a promover ações indutoras de melhoria da relação entre governo e sociedade.

A partir da literatura de governança, o documento traz os conceitos de principal e agente. No contexto da administração pública, o principal pode ser exemplificado:

- a) pela autoridade máxima;
- b) pelos conselhos;
- c) pelos cidadãos;
- d) pelos representantes eleitos;
- e) pelos representantes nomeados.

5. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Ao analisar os documentos relativos à prestação de contas de ente público, os analistas de um órgão de controle e fiscalização se detiveram em um contrato específico de prestação de serviços em que todas as regras de licitação e contratação foram cumpridas. Porém, segundo os analistas, o contrato não atendia ao interesse público, principalmente por ter sido executado em período de crise econômica, em que diversos serviços essenciais sofreram cortes, e investimentos prioritários não foram realizados. A observação dos analistas está alinhada com o seguinte princípio básico de governança no setor público:

- a) accountability;
- b) equidade;
- c) eficiência;
- d) legitimidade;
- e) responsabilidade.

6. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Os conceitos de governança e governabilidade, embora não coincidentes, são indissociáveis e complementares, sendo aplicados, cada qual, em diferentes contextos. Nesse sentido, considere:

- I. Governança, em uma de suas acepções, representa o modo como as organizações são administradas e controladas e como interagem com as partes interessadas.
- II. Governabilidade refere-se às condições substantivas do exercício do poder e legitimidade do governo, derivada da relação com a sociedade.
- III. Governança e governabilidade podem ser fundidas em um único metaconceito, correspondente a accountability, própria dos governos democráticos.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) III.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) II.

7. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Nos últimos anos, diferentes conceitos, alguns oriundos da iniciativa privada, passaram a permear a atuação da Administração Pública, entre eles:

- I. Governança, que é sinônimo de governabilidade, e corresponde à legitimidade política.
- II. Eficiência, relacionada com o uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços.
- III. Efetividade, que diz respeito ao impacto final das ações e ao grau em que atinge os resultados almejados pela sociedade.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II.

8. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) De acordo com o Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/2014, o princípio que pressupõe responsabilizar-se pelas consequências de suas ações e decisões, respondendo pelos seus impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente, principalmente aqueles com consequências negativas significativas, prestando contas aos órgãos de governança da organização, a autoridades legais e, de modo mais amplo, às partes interessadas, declarando os seus erros e as medidas cabíveis para remediá-los é expressamente o Princípio

- a) da sustentabilidade vinculada.
- b) do impacto ambiental de verificação.
- c) Accountability.
- d) do meio ambiente interativo.
- e) Social Comunicativo.

9. (MPE-RJ – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADMINISTRATIVA – FGV – 2016)

O conceito de governança é bastante amplo e utilizado de diferentes formas, a depender da perspectiva e do foco de análise. Nesse sentido, há um conjunto de práticas de governança que está estruturado em torno de dimensões fundamentais.

Considere, entre essas práticas, aquela na qual deve-se “garantir que sejam apurados, de ofício, indícios de irregularidades, promovendo a responsabilização em caso de comprovação”.

Essa prática faz referência ao desenvolvimento da dimensão de governança associada:

- a) à accountability e transparência;
- b) ao alinhamento transorganizacional;
- c) à gestão de riscos e hazardcontrol;
- d) à liderança organizacional;
- e) ao relacionamento com stakeholders.

10. (TRT 12ª REGIÃO-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FGV – 2017)

Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- a) accountability;
- b) eficiência;
- c) equidade;
- d) legitimidade;
- e) responsabilidade.

11. (PETROBRAS – PROFISSIONAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL JÚNIOR – RELAÇÕES PÚBLICAS – CESGRANRIO – 2014) O conceito de accountability tem estreita correspondência com o de responsabilidade social, um dos fundamentos das relações públicas comunitárias.

Nesse sentido, para uma organização ser considerada accountable, ela deve:

- a) permitir livre acesso aos resultados de suas ações, sejam eles de impactos positivos ou negativos para a organização.
- b) conquistar a anuência da opinião pública, a partir da publicação de balanços sociais que mostrem suas ações cidadãs.
- c) justificar as decisões tomadas, a partir de projetos pontuais de apoio financeiro às comunidades carentes.
- d) concentrar seus investimentos na maximização dos resultados operacionais, para evitar ser reconhecida somente como um modelo de responsabilidade moral.
- e) estimular ações de responsabilidade social como instrumentos de ganhos mercadológicos e de imagem institucional, aplicando práticas responsáveis como fazem os concorrentes do seu setor.

12. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – CESGRANRIO – 2014) Governança Corporativa é um sistema que possui alguns princípios básicos. Existe um princípio caracterizado por defender tratamento justo a todos os sócios bem como às demais partes interessadas, sendo inaceitáveis atitudes ou políticas discriminatórias. Esse princípio é conhecido como:

- a) accountability.
- b) equidade.
- c) prestação de contas.
- d) responsabilidade corporativa.
- e) transparência.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

13. (TRT 12ª REGIÃO-SC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FGV – 2017) Quando uma pessoa ocupa um cargo público, assume efetivamente um conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas em uma estrutura organizacional, o qual deve ser exercido de acordo com padrões éticos.

Em suas atividades, o servidor público não apenas deve agir internamente com retidão, mas também demonstrá-la para a sociedade.

Essa busca de convergência entre a natureza da ação e a aparência da ação é denominada:

- a) accountability;
- b) decoro;
- c) imparcialidade;
- d) impessoalidade;
- e) probidade.

14. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Sobre o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, é correto afirmar:

- a) Tem como objetivo orientar a adoção de práticas de excelência em gestão pelas organizações públicas da Administração direta e indireta, limitado à esfera federal.
- b) Foi instituído pelo Decreto-Lei nº 200 de 1967, com a finalidade de dotar as organizações públicas de eficiência na prestação dos serviços públicos aos cidadãos.
- c) A participação dos órgãos e entidades dos governos subnacionais no GESPÚBLICA é obrigatória, tendo sido o programa implementado concomitantemente em todos os municípios brasileiros.
- d) É um programa federal que visa desenvolver um modelo de excelência em gestão pública, porém é aberto à participação voluntária de organizações públicas ou privadas.
- e) Objetiva promover instrumentos gerenciais que gerem eficiência por meio do melhor aproveitamento dos recursos, sem prever, contudo, a promoção da gestão democrática e transparente.

15. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – AOCB – 2018) Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.

- a) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
- b) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
- c) Programa Nacional de Desburocratização.
- d) Comissão de Simplificação Burocrática.
- e) GESPÚBLICA.

16. (COMPESA – ANALISTA DE GESTÃO – ENFERMEIRO DO TRABALHO – FGV – 2018) Os dirigentes de uma instituição de saúde buscam uma ferramenta de gestão, focada no equilíbrio organizacional e que considerasse aspectos relacionados às finanças, aos clientes, aos processos internos e ao crescimento.

De acordo com as características apresentadas, a ferramenta mais adequada é o

- a) ciclo PDCA.
- b) fluxograma.
- c) histograma.
- d) balanced scorecard (BSC).
- e) diagrama de dispersão.

17. (TCE-PA – ASSESSOR TÉCNICO DE INFORMÁTICA – ANALISTA DE SUPORTE – AOC – 2012) O BSC é

- a) uma perspectiva que os clientes têm da organização.
- b) uma ferramenta para a medição, análise e gestão de desempenho.
- c) uma metodologia para a análise da saúde financeira das organizações.
- d) um conjunto de boas práticas para melhorar os processos ao eliminar os defeitos.
- e) uma parte integrante do CobiT e só pode ser utilizado com um modelo de governança.

18. (BRDE – ANALISTA DE PROJETOS – ECONÔMICO-FINANCEIRA – AOC – 2012) O sistema de informação para o gerenciamento da estratégia empresarial, o qual traduz a missão e a estratégia da organização em um conjunto abrangente de medidas de desempenho financeiras e não financeiras, intitula-se

- a) Activity Based Budget.
- b) Beyond Budgeting.
- c) Balanced Scorecard.
- d) Orçamento Flexível.
- e) Orçamento Base Zero.

19. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOC – 2018) Assinale a alternativa que apresenta o instrumento criado pelo Governo Federal do Brasil cuja missão é promover a gestão pública de excelência, visando contribuir para a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão e para o aumento da competitividade do país.

- a) Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP).
- b) Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP).
- c) Programa Nacional de Desburocratização.
- d) Comissão de Simplificação Burocrática.
- e) Gespública.

20. (PETROBRAS – TÉCNICO(A) DE MANUTENÇÃO JÚNIOR – CALDEIRARIA – CESGRANRIO – 2014) Sistemas de gestão da qualidade desempenham papel fundamental para otimização de resultados nas diversas atividades produtivas. Os sistemas de gestão da qualidade utilizam-se do:

- a) PDCA, que é um método iterativo de 3 passos: planejar, executar e verificar.
- b) DMADV ou DFSS, que é um método que possui 5 fases, tendo como alvo melhorar processos de negócios já existentes.
- c) DMAIC, que é um método que possui 4 fases, tendo como alvo criar novos desenhos de produtos e processos.
- d) KAIZEN, que é uma filosofia que trata da melhoria contínua dos processos, podendo abranger da engenharia à área de saúde e bancos.
- e) diagrama de Pareto, que é um gráfico de linha que permite observar o tipo de ocorrência ou problema, mas não sua importância para o sistema.

21. (TJ-RO – AGENTE JUDICIÁRIO – ADMINISTRAÇÃO – CESGRANRIO – 2008) Uma das abordagens administrativas mais impactantes é o compromisso com a qualidade que, por definição, é a capacidade de atender, durante muito tempo, às expectativas do cliente (CHIAVENATO, 2004).

O moderno conceito de qualidade em serviços ou em produtos corresponde à busca:

- a) da razão da existência das organizações.
- b) do grau de excelência naquilo que se faz.
- c) de novas ideias de produtos ou serviços.
- d) de ajustes às necessidades dos clientes.
- e) de diferenciais que valorizem a organização.

TEORIAS ADMINISTRATIVAS

22. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) É considerado um mecanismo característico da administração gerencial:

- a) Controle rígido de procedimentos.
- b) Gestão hierárquica.
- c) Normas e regulamentos.
- d) Controle de legalidade.
- e) Gestão por Competências.

23. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Constitui(em) característica(s) própria(s) e inovadora(s) do modelo gerencial de Administração pública, que o diferencia(m) dos outros modelos precedentes:

- a) combate ao patrimonialismo.
- b) controle de resultados.
- c) formalização dos procedimentos.
- d) profissionalização do corpo técnico.
- e) hierarquia e meritocracia.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

24. (PF – ESCRIVÃO DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) A administração pública brasileira evoluiu muito no último século. Abandonou o patrimonialismo, embora ainda persistam alguns traços desse modelo, e cada vez mais o país se aproxima do gerencialismo. No que se refere à administração pública, julgue os itens subsecutivos.

Apesar de ainda estar vigente no Estado brasileiro, a administração pública burocrática é um modelo já ultrapassado e, portanto, deve ser suplantado por completo pelo modelo de administração pública gerencial, que tem por objetivo principal a efetividade das ações governamentais e das políticas públicas.

() CERTO () ERRADO

25. (PF- AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que propiciou a efetiva implantação do modelo denominado administração pública gerencial, ocorreu no governo do presidente Juscelino Kubitschek.

() CERTO () ERRADO

26. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Acerca do modelo patrimonialista de Estado, julgue o item a seguir.
Entre os traços inerentes à administração patrimonialista estão o nepotismo e a corrupção.

() CERTO () ERRADO

27. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE - 2012) Acerca do modelo patrimonialista de Estado, julgue o item a seguir.
No Estado patrimonialista, caracterizado pela interseção entre os patrimônios público e privado, os bens e serviços públicos também constituem patrimônio do governante.

() CERTO () ERRADO

GESTÃO POR RESULTADOS

28. (TRT 14ª REGIÃO RO-AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Os indicadores são instrumentos metodológicos que permitem identificar e mensurar aspectos relacionados a certo conceito, situação, fenômeno, problema ou mesmo resultado de uma determinada intervenção na realidade social. Sobre os componentes básicos de um indicador, é correto afirmar:

- a) Medida é o valor de um indicador em determinado momento.
- b) Fórmula é a grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, os resultados e as consequências dos produtos, processos ou sistemas.
- c) Índice é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- d) Padrão de comparação é o padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- e) Meta é um número orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

29. (SEPOG-RO – ANALISTA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS – FGV – 2017)

Ainda que existam várias metodologias para a aplicação da gestão orientada para resultados, há entre elas alguns passos em comum para que sua implementação tenha êxito.

As opções a seguir apresentam alguns desses passos, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) O gestor deve ter uma visão clara dos objetivos a serem alcançados e do planejamento estratégico a ser seguido pelo setor sob sua responsabilidade.
- b) O gestor e seus colaboradores devem se reunir para estabelecer os objetivos de cada um, determinando prazo para a apresentação dos resultados.
- c) O gestor deve criar um clima competitivo dentro da equipe, porque os colaboradores serão recompensados por atingirem os resultados.
- d) O gestor deve avaliar o desempenho da equipe, a partir do atingimento ou não dos objetivos estabelecidos.
- e) O gestor deve monitorar o processo, marcando reuniões antes de o prazo estabelecido terminar, para saber se os objetivos efetivamente serão alcançados.

30. (SEPOG-RO – ANALISTA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS – FGV – 2017)

Para que a adoção da gestão por resultados seja exitosa, é preciso saber como o processo realmente funciona e se ele é de fato adequado para atingir os objetivos propostos. Sobre as características da gestão por resultados, analise as afirmativas a seguir.

I. A chave para todo o processo é o foco nos procedimentos, porque os resultados dependem da eficiência das etapas realizadas.

II. A liderança sendo mais participativa faz com que a responsabilidade por atingir ou não os resultados propostos seja de todos.

III. Na gestão por resultados, os diferentes setores trabalham com autonomia e devem definir os procedimentos adequados para chegar ao resultado desejado.

Está correto o que se afirma em

- a) II, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

31. (MPE-RJ – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADMINISTRATIVA – FGV – 2016)

Dentre as metodologias de gestão no setor público brasileiro, o GESPUBLICA apresenta um conjunto de proposições a respeito da gestão de resultados. O desempenho da organização é explicitado no modelo por meio de resultados que refletem o atendimento às necessidades das partes interessadas da organização.

Nesse caso, o desempenho é explicitado em função das partes interessadas, dentre as quais NÃO estão previstos os:

- a) usuários;
- b) governos;
- c) fornecedores;
- d) empregados;
- e) concorrentes.

32. (SUDENE-PE – AGENTE ADMINISTRATIVO – FGV – 2013) Na Administração Pública, a gestão por resultados está relacionada à

- a) Administração Gerencial.
- b) Administração Patrimonialista.
- c) Administração Centralizada.
- d) Administração Burocrática.
- e) Administração Descentralizada.

GESTÃO DE PROCESSOS

33. (TRT 20ª REGIÃO-SE – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Existem diferentes classificações preconizadas por instituições e publicações especializadas no que diz respeito ao grau de maturidade no gerenciamento de processos verificado em uma organização. Nessa linha, costumam ser apontados diferentes níveis de maturidade, refletindo o estágio em que se encontra a organização e objetivando a evolução de acordo com a aplicação das melhores práticas de gestão de processos. Uma dessas classificações é apresentada pela SDPS – Society for Design and Process Science, de acordo com a qual, o Nível 1 de maturidade corresponde aos denominados processos

- a) simulados.
- b) modelados.
- c) padronizados.
- d) otimizados.
- e) emulados.

34. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Sobre o monitoramento e a avaliação no setor público,

- a) a avaliação tem por objetivo exclusivo o acompanhamento da implementação de programas, ações ou atividades, a fim de identificar tempestivamente os problemas que possam comprometer os resultados esperados.
- b) o monitoramento, pactuado entre os atores envolvidos, requer a adoção de três critérios distintos: eficácia, eficiência, efetividade.
- c) a avaliação formal consiste em um julgamento assistemático, realizado durante o andamento de uma política ou programa a partir de critérios subjetivos definidos previamente.
- d) o monitoramento consolida-se na análise sistemática dos resultados de um programa, após seu encerramento, com o objetivo de contribuir para o seu aperfeiçoamento.
- e) o monitoramento refere-se à atividade estruturada a partir da implementação de cada política pública, programa ou ação, orientada para o alcance das metas prioritárias da Administração pública.

35. (TRT 15ª REGIÃO-SP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2018) A expectativa da sociedade de que a gestão pública seja eficiente, eficaz e efetiva pode ser atendida, no que concerne à

- I. eficiência, pelo uso racional dos recursos disponíveis e sua otimização.
- II. eficácia, pela disponibilização à população das ações e serviços nos prazos demandados.
- III. efetividade, pelo controle de legalidade da atuação da Administração.

Está correto o que consta APENAS de

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) I e II.

36. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) A atuação da Administração pública vem sendo, cada vez mais, pautada e avaliada por critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, considere:

- I. Uma ação administrativa é considerada eficiente quando contempla o uso racional e econômico de insumos para sua consecução.
- II. A efetividade de uma ação administrativa depende do nível de atingimento das metas estabelecidas internamente e não, necessariamente, de seus efeitos externos.
- III. A eficácia de uma ação administrativa corresponde ao grau máximo de sucesso da referida ação, consistente na satisfação das necessidades da sociedade em relação àquela demanda.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e III.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I.

37. (TRT 2ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2018) Considere as assertivas abaixo, relativas à atuação da Administração Pública.

- I. A atuação eficiente da Administração relaciona-se com o uso adequado dos insumos na produção de bens e serviços.
- II. Uma ação administrativa é considerada efetiva quando atinge as legítimas expectativas dos administrados.
- III. Eficácia diz respeito à governança no âmbito interno da Administração, traduzindo a relação entre os diversos agentes envolvidos e a população.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III.
- e) I.

CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO PRIVADA

38. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) No que se refere às convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada, assinale a opção correta.

- a) Tanto na gestão pública quanto na privada, as práticas da transparência e da equidade são obrigatórias.
- b) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos obrigatoriamente de forma igualitária pela administração pública e privada.
- c) O governo e as empresas públicas existem para servir aos interesses gerais da sociedade, ao passo que as responsabilidades das empresas privadas são inerentes à natureza e à dimensão do poder a elas atribuído legalmente.
- d) Na administração pública, tal qual na iniciativa privada, o administrado / cliente só pode ser cobrado pelo bem ou serviço que efetivamente utilizar.
- e) No contexto das entidades públicas, a eficiência e a eficácia — mensuradas na iniciativa privada por fatores como aumento de receitas e expansão de mercados — estão relacionadas à correta utilização dos recursos e, primordialmente, à qualidade do atendimento prestado ao cidadão e à sociedade.

GESTÃO DE DESEMPENHO

39. (TRT 8ª REGIÃO – PA-AP – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Assinale a opção correta com referência à gestão de desempenho e à gestão de resultados na produção de serviços públicos.

- a) Na gestão de desempenho por competências, o conhecimento é o componente mais importante a ser observado no empregado, pois a entrega do serviço final para a instituição depende de essa característica estar presente no indivíduo.
- b) Na gestão de desempenho por competências, a prioridade é avaliar, em detrimento de competências individuais, o alcance das competências organizacionais, porque são estas últimas que contribuem para a sobrevivência e a diferenciação da organização no segmento em que atua.
- c) A gestão por resultados envolve o monitoramento e a avaliação de desempenho da instituição para a verificação dos resultados almejados, bem como a retroalimentação e a adoção de medidas corretivas decorrentes da avaliação.
- d) A administração gerencial no setor público absorveu características da administração burocrática por remunerar e promover servidores com base no tempo de serviço.
- e) A administração por resultados no setor público tem como foco o alcance de metas orçamentárias, independentemente do grau de satisfação do cidadão.

40. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Servidor público que, no exercício das suas funções, atende um cidadão de forma cordial e transmite-lhe informações completas age em conformidade com o requisito da

- a) tolerância.
- b) discrição e respeito.
- c) conduta adequada.
- d) apresentação.
- e) comunicabilidade.

GESTÃO DE CONTRATOS

41. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP– ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Assinale a opção correta no que concerne à gestão de contratos celebrados com a administração pública.

- a) Para serem especificados os reajustes de preços previstos no contrato, bem como as atualizações monetárias e as compensações decorrentes de condições de pagamento, são necessários aditamentos contratuais.

- b) Na administração pública, para cada contrato é designado um fiscal, que se responsabiliza pessoalmente pelo acompanhamento e pela gestão global das etapas do contrato, sendo vedada a contratação de auxílio por terceiros externos à entidade.
- c) A alteração unilateral de cláusulas econômico-financeiras pela administração pública é uma das prerrogativas legais para se manter o equilíbrio econômico-financeiro de um contrato.
- d) Monitorar o prazo de vigência do contrato, manter controle dos pagamentos efetuados e elaborar relatórios periódicos para a prestação de informações são atribuições típicas de um fiscal de contrato.
- e) No ato da formalização contratual, poderá ser exigida a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo a modalidade de garantia determinada pelo contratante.

42. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Considere abaixo o que concerne aos contratos administrativos.

- I. A inadimplência do contratado, com referência a encargos fiscais, poderá, em algumas hipóteses, onerar o objeto do contrato.
- II. A subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento não exime o contratado de suas responsabilidades, tanto legais, quanto contratuais.
- III. Na fiscalização da execução contratual, admite-se a contratação de terceiros para assistir e subsidiar o representante da Administração de informações pertinentes a essa atribuição.
- IV. O fato do príncipe não se preordena diretamente ao particular contratado, pois tem cunho de generalidade e apenas reflexamente incide sobre o contrato, ocasionando oneração excessiva ao particular independentemente da vontade deste.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e III.
- d) II e IV.
- e) I e IV.

43. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR - ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Considere:

- I. Não gozam de autonomia administrativa nem financeira.
- II. Estão sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia.
- III. São considerados, dentre outras hipóteses, órgãos de comando.
- IV. Entram nessa categoria as Secretarias de Estado.

Os órgãos públicos, quanto à posição estatal, classificam-se em independentes, autônomos, superiores e subalternos. No que concerne aos órgãos públicos superiores. Está correto o que se afirma APENAS em

- a) III e IV.
- b) III.
- c) I, II e III.
- d) I e II.
- e) II e IV.

44. (TRT 7ª REGIÃO-CE – TÉCNICO JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) No setor público, as opções de compra, sempre que possível, devem ser compatíveis em termos de especificações técnicas e de desempenho, assim como em termos de condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas. Essa exigência caracteriza o denominado princípio da

- a) comparabilidade.
- b) equivalência.
- c) similaridade.
- d) padronização.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

45. (TRT 11ª REGIÃO-AM-RR ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Mauro, servidor público federal, responsável por determinado processo administrativo de âmbito federal, deve, de acordo com a Lei no 9.784/1999, praticar ato no prazo de cinco dias, quando inexistir disposição legal específica, bem como quando inexistir motivo de força maior que justifique prazo diverso. De acordo com a mesma Lei, o referido prazo

- a) pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.
- b) não comporta dilatação.
- c) pode ser dilatado até o triplo, não sendo necessária justificação para tanto.
- d) pode ser dilatado até o dobro, não sendo necessária justificação para tanto.
- e) pode ser dilatado para o prazo máximo de trinta dias, mediante comprovada justificação.

46. (TRT 2ª REGIÃO-SP - JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO - TRT 2R (SP) – 2016) A respeito das disposições da Lei nº 9.784/99 que estabelece normas básicas sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração, analise as seguintes proposições:

I- Os preceitos da Lei nº 9.784/99, também se aplicam aos órgãos do Poder Judiciária da União, quando no desempenho de função administrativa.

II- São legitimados como interessados no processo administrativo, entre outros, aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.

III- No processo administrativo podem ser objeto de delegação, pela autoridade competente, entre outros, a edição de atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

IV- No processo administrativo pode ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

V - A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até noventa dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

Responda:

- a) Somente as proposições I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições I, III e V estão corretas.
- c) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- d) Somente as proposições II, III e V estão corretas.
- e) Todas as proposições estão corretas.

47. (TRT 23ª REGIÃO-MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Considere três critérios que devem ser observados nos processos administrativos de âmbito federal:

- I. Vedação à renúncia total ou parcial de poderes e competências.
- II. Proibição de cobrança de despesas processuais.
- III. Divulgação oficial dos atos administrativos.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, admite EXCEÇÃO o que consta em

- a) II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

48. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) O processo administrativo é informado por princípios e, no âmbito federal, regido pela Lei nº 9.784/1999. Caracteriza o processo administrativo

- a) a inércia, tendo em vista que é necessário que uma das partes, ou mesmo um interessado, provoque o andamento do processo, não podendo ser impulsionado de ofício.
- b) a imprescritibilidade e possibilidade de revisão das decisões por meio de reconsideração, independentemente de prazo, como garantia do direito dos administrados.
- c) o diferimento do contraditório e da ampla defesa, que pode ser exercido após o proferimento da decisão final, caso seja desfavorável ao administrado.
- d) a pluralidade de instâncias, com a possibilidade de apresentação de mais de um recurso administrativo, salvo se a primeira decisão já foi proferida pela autoridade máxima da Administração pública.
- e) a impossibilidade de aproveitamento de atos praticados no caso de identificação de vícios, em razão da informalidade que rege o processo, impedindo que dois processos administrativos tramitem da mesma forma.

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ESTADO

49. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Com relação à Administração indireta, no que concerne às características das autarquias, considere:

- I. As autarquias só por lei podem ser criadas.
- II. Apenas no caso de exaustão dos recursos da autarquia é que incidirá a responsabilidade do Estado, que é subsidiária.
- III. As autarquias não são subordinadas a órgão algum do Estado, mas apenas controladas.
- IV. Os bens e rendas das autarquias, não apenas quando vinculados a suas finalidades essenciais, mas em toda e qualquer circunstância, possuem imunidade tributária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I e III.

50. (TRT 24ª REGIÃO-MS ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Quanto à estrutura, os órgãos públicos podem ser classificados em simples, também denominados de unitários, e compostos. Acerca do tema, considere:

- I. São constituídos por um único centro de atribuições.
- II. Possuem subdivisões internas.
- III. São exemplos de tais órgãos, as Secretarias de Estado.
- IV. São exemplos de tais órgãos, os Ministérios.

No que concerne às características e exemplos de órgãos simples ou unitários, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) IV.
- e) I.

51. (TRT 23ª REGIÃO-MT ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) O exercício dos poderes inerentes à função executiva e a regular atuação da Administração pública não estão dissociados da influência dos princípios que regem a Administração pública em toda sua atuação. Essa relação

- a) existente entre o poder disciplinar e o princípio da legalidade informa o poder de tutela exercido sobre os atos praticados pelos entes que integram a Administração indireta, permitindo que a Administração central promova a revisão dos mesmos para adequá-los à legalidade.
- b) que se forma entre o princípio da legalidade e o poder regulamentar autoriza a edição de atos de natureza originária nas hipóteses de organização administrativa e, nos demais casos, sempre que houver lacuna ou ausência de lei.
- c) expressa-se, no caso do poder de polícia, à submissão ao princípio da supremacia do interesse público, que fundamenta a atuação da Administração pública quando não houver fundamento legal para embasar as medidas de polícia.
- d) de subordinação aos princípios da legalidade e da impessoalidade não afasta a possibilidade de a Administração Pública adotar medidas administrativas de urgência ou de firmar relações jurídicas diretamente com alguns administrados, sem submissão a procedimento de seleção público, desde que haja previsão legal para tanto.
- e) que impõe presunção de legitimidade e veracidade aos atos praticados pela Administração pública não admite revisão administrativa, somente questionamento judicial, cabendo ao administrado o ônus da prova em contrário.

52. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) No que concerne ao controle externo praticado sobre os atos da Administração pública, especificamente quanto ao controle financeiro, considere:

- I. Competência do Tribunal de Contas para processar disciplinarmente os responsáveis pela indevida aplicação e utilização de recursos públicos, aplicando as sanções disciplinares previstas no estatuto dos servidores do ente ao qual aqueles estejam vinculados.
- II. O julgamento feito pelo Tribunal de Contas das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.
- III. O deferimento, pelo Tribunal de Contas, das aposentadorias, reformas e pensões, da Administração direta e indireta, a fim de garantir a observância do limite de despesa de pessoal.
- IV. A sustação do contrato administrativo, em razão do descumprimento da lei, adotada diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo a adoção das medidas cabíveis.

Está correto o que consta APENAS em

- a) IV.
- b) I e II.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) II e III.

NOVA GESTÃO PÚBLICA

53. (TRT 7ª REGIÃO-CE – ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2017) O objetivo da nova gestão pública é

- a) assegurar a impessoalidade e a racionalidade técnica na gestão pública por meio da burocratização dos processos.
- b) fomentar a eficiência da administração por meio da redução de custos e da melhora na qualidade dos serviços.
- c) promover o poder racional-legal como estratégia de combate à corrupção e ao nepotismo.
- d) garantir o acesso à propriedade privada para o gestor e os seus servidores.

54. (MPE-RJ – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – ADMINISTRATIVA – FGV – 2016) A organização governamental brasileira, em um processo de integração ao movimento da Nova Administração Pública, incorporou em seu marco constitucional um princípio inspirado em trecho do discurso de Margareth Thatcher, no início da década de 80, no qual ela afirma:

“Nós temos o dever de garantir que cada centavo que arrecadam com a tributação seja gasto bem e sabiamente.”

Esse trecho exemplifica a influência internacional para a incorporação à Constituição da República Federativa do Brasil do princípio da:

- a) eficiência;
- b) impessoalidade;
- c) legalidade;
- d) moralidade;
- e) publicidade.

55. (PREFEITURA DE CUIABÁ-MT – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR – FGV – 2015) Sobre a Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.

I. A Administração Pública deve defender os interesses da coletividade.

II. A Administração Pública deve aprimorar a prestação de serviços para a coletividade.

III. A Administração Pública deve conservar os bens da coletividade.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

56. (AL-RO – ASSISTENTE LEGISLATIVO – FGV – 2018) Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados.

Assinale a opção que indica uma premissa inerente à Gestão por Resultados.

- a) A padronização dos processos de gestão.
- b) A priorização da supervisão de legalidade.
- c) A mentalidade mecanicista da organização pública.
- d) A autonomia de responsabilidade para o gestor público.
- e) A desvinculação entre planejamento e orçamento.

LEI Nº 8.112/1990 (DIREITOS, DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS)

57. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Marlene é servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região e pretende doar sangue. Gilberto, também servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, irá se casar nos próximos dias. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, poderão os citados servidores ausentar-se do serviço, sem qualquer prejuízo, respectivamente, por

- a) 1 dia e 10 dias consecutivos.
- b) 2 dias e 10 dias consecutivos.
- c) 1 dia e 9 dias consecutivos.
- d) 2 dias e 7 dias consecutivos.
- e) 1 dia e 8 dias consecutivos.

58. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) No que concerne à licença por motivo de doença em pessoa da família, prevista na Lei nº 8.112/1990, considere:

- I. Referida licença é sempre concedida sem prejuízo da remuneração.
- II. O prazo máximo de sua concessão, a cada período de doze meses, é de sessenta dias, não podendo, em qualquer hipótese, ultrapassar tal período.
- III. Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
- IV. Será concedida a cada período de doze meses, sendo o início do interstício dos doze meses contado a partir da data do deferimento da última licença concedida.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) IV.
- c) I e III.
- d) III.
- e) II e IV.

59. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Além dos vencimentos ordinariamente pagos aos servidores públicos federais, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, podem lhes ser atribuídas algumas vantagens. Dentre elas,

- a) distinguem-se as indenizações das gratificações, pois estas podem se incorporar aos vencimentos dos servidores, conforme disposto na lei, assim como os adicionais.

- b) equiparam-se os adicionais às gratificações para fins de incorporação aos vencimentos dos servidores, tendo em vista que ambas as vantagens passam a integrar a remuneração ou proventos dos servidores em sua integralidade, para todos os fins.
- c) distinguem-se as indenizações das gratificações, pois as primeiras se incorporam à remuneração para todos os fins, enquanto as gratificações perduram apenas enquanto durar o evento que lhes justifica.
- d) estão as indenizações, gratificações e adicionais, que se incorporam aos vencimentos dos servidores para todos os fins, sempre que ficar configurada habitualidade no recebimento por prazo superior a um exercício orçamentário.
- e) destacam-se as indenizações e os adicionais, que se incorporam aos vencimentos dos servidores e ficam excluídas do teto de remuneração.

60. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) A Administração pública está sujeita a deveres e prerrogativas no seu mais amplo espectro de atuação, que se dá por intermédio de agentes públicos. Os servidores públicos, no exercício de suas funções, também estão sujeitos a deveres e responsabilidades. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990,

- a) o servidor está sujeito a responsabilização somente quando agir com dolo, conduta que deverá ser objeto de processo disciplinar, sem prejuízo da apuração dos danos civis causados.
- b) o servidor responde diretamente, perante terceiros, pelos danos que a eles causar, não cabendo ação direta contra a Fazenda Pública.
- c) a responsabilidade dos servidores, na esfera civil ou administrativa, decorre de condutas comissivas ou omissivas praticadas no exercício do cargo ou da função, dolosa ou culposamente.
- d) a responsabilidade por infrações penais deve ser apurada antes da responsabilidade civil ou administrativa, porque as absorve, devido a menor gravidade.
- e) as infrações no campo civil, administrativo e penal podem ser processadas em paralelo, mas as sanções não podem se cumular, devendo ser aplicada a sanção mais gravosa.

61. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Considere a seguinte situação hipotética: Julia, servidora pública federal, pretende afastar-se de seu cargo para servir em organismo internacional de que o Brasil participa. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o aludido afastamento

- a) permitirá à Julia optar entre ficar ou não com sua remuneração, e, escolhendo a primeira hipótese, deverá declinar de qualquer montante remuneratório oferecido pelo organismo internacional.
- b) dar-se-á com perda total da remuneração.
- c) dar-se-á obrigatoriamente sem prejuízo da remuneração.
- d) não está previsto na referida Lei.
- e) dar-se-á com perda parcial da remuneração.

62. (TRT 1ª REGIÃO-RJ – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO – FCC – 2016) Segundo a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da união, autarquias e fundações públicas federais,

- a) o servidor público deverá se afastar do cargo quando investido, além de outros, nos seguintes mandatos eletivos: deputado federal, governador de estado, deputado estadual, prefeito municipal e vereador.
- b) são, dentre outros, requisitos para a investidura em cargo público, ter idade mínima de 18 anos, estar no gozo dos direitos políticos, ser brasileiro nato e a quitação com obrigações eleitorais.
- c) também são formas de provimento em cargo público: reintegração, promoção, reversão, nomeação e conversão.
- d) a posse em cargo público, que ocorre apenas no provimento por nomeação, pode se dar por procuração específica, desde que o agente justifique o motivo da impossibilidade de comparecimento ao ato.
- e) é direito do servidor público licenciar-se, sem remuneração, para o exercício de mandato em associação de classe de âmbito nacional, computando-se este tempo como de efetivo serviço, exceto para promoção por merecimento.

63. (TRT 14ª REGIÃO-RO-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Claudio, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, ausentou-se do País para missão oficial no exterior. O mencionado afastamento observou todos os trâmites legais e perdurou por quatro anos, tendo Claudio regressado ao Brasil em 2012, assumindo suas atividades. Em 2014, Claudio pleiteou novo afastamento para estudo no exterior. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o afastamento pleiteado

- a) não será possível, pois somente decorrido o período de três anos contados do término do anterior afastamento é que se admite a nova ausência.
- b) é possível.
- c) não será possível, pois somente decorrido o período de quatro anos contados do término do anterior afastamento é que se admite a nova ausência.
- d) não é cabível, pois trata-se da mesma espécie de afastamento concedido anteriormente, sendo necessário o transcurso de dez anos para que o servidor tenha direito.
- e) não se aplica a servidores que já fizeram jus a benefício semelhante, como é o caso de Claudio.

64. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) No curso de processo administrativo disciplinar movido contra João, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, foi constatada a ocorrência de vício insanável. Em razão disso, a autoridade que determinou a instauração do processo declarou sua nulidade total. A propósito dos fatos e nos termos da Lei nº 8.112/1990, a

- a) autoridade que declarou a nulidade deverá, por meio de decisão autônoma, intimar a mesma comissão já formada para o anterior processo administrativo para que seja instaurado novo processo.

- b) nulidade, em razão de vício insanável, nunca é total, mas sempre parcial, sendo aproveitados os atos já praticados em prol do princípio da economia processual.
- c) nulidade não pode ser declarada pela autoridade que determinou a instauração do processo, devendo ser declarada por autoridade de hierarquia superior.
- d) autoridade que declarou a nulidade ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.
- e) nulidade, ainda que total, não exige a abertura de novo processo administrativo, devendo ser aproveitado o mesmo processo, desde que devidamente sanado o vício.

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

65. (TRT 24ª REGIÃO-MS – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2017) Em importante julgamento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a Corte Superior a impossibilidade de acumulação de cargos públicos de profissionais da área da saúde quando a jornada de trabalho superar sessenta horas semanais. Assim, foi considerada a legalidade da limitação da jornada de trabalho do profissional de saúde para sessenta horas semanais, na medida em que o profissional da área da saúde precisa estar em boas condições físicas e mentais para bem exercer as suas atribuições, o que certamente depende de adequado descanso no intervalo entre o final de uma jornada de trabalho e o início da outra, o que é impossível em condições de sobrecarga de trabalho. Tal entendimento está em consonância com um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio da

- a) publicidade.
- b) motivação.
- c) eficiência.
- d) moralidade.
- e) impessoalidade.

66. (TRT 23ª REGIÃO-MT – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2016) Manoela foi irregularmente investida no cargo público de Analista do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, tendo, nessa qualidade, praticado inúmeros atos administrativos. O Tribunal, ao constatar o ocorrido, reconheceu a validade dos atos praticados, sob o fundamento de que os atos pertencem ao órgão e não ao agente público. Trata-se de aplicação específica do princípio da

- a) impessoalidade.
- b) eficiência.
- c) motivação.
- d) publicidade.
- e) presunção de veracidade.

67. (TRT 23ª REGIÃO-MT – TÉCNICO JUDICIÁRIO – FCC – 2016) O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário, trata-se de observância a um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio específico da

- a) proporcionalidade.
- b) eficiência.
- c) presunção de legitimidade.
- d) discricionariedade.
- e) publicidade.

68. (TRT 8ª REGIÃO-PA-AP– ANALISTA JUDICIÁRIO – CESPE – 2016) Assinale a opção correta a respeito dos princípios da administração pública.

- a) A publicidade, princípio basilar da administração pública, não pode sofrer restrições.
- b) A ofensa ao princípio da moralidade pressupõe afronta também ao princípio da legalidade.
- c) O princípio da eficiência deve ser aplicado prioritariamente, em detrimento do princípio da legalidade, em caso de incompatibilidade na aplicação de ambos.
- d) Os institutos do impedimento e da suspeição no âmbito do direito administrativo são importantes corolários do princípio da impessoalidade.
- e) A administração deve, em caso de incompatibilidade, dar preferência à aplicação do princípio da supremacia do interesse público em detrimento do princípio da legalidade.

ATOS ADMINISTRATIVOS

69. (TRT 2ª REGIÃO-SP – JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO – 2016) Em relação ao regime jurídico dos atos administrativos é INCORRETO afirmar que:

- a) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- b) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai, em regra, em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- c) Os atos administrativos, quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

- d) Os atos administrativos, quando decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública, deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- e) Segundo a “teoria dos motivos determinantes”, os motivos que determinaram a vontade do agente, ou seja, os fatos que serviram de suporte à sua decisão, integram a validade do ato administrativo, de forma que, uma vez enunciados pelo agente os motivos que o fundam, ainda quando a lei não haja expressamente imposto a obrigação de enunciá-los, o ato administrativo editado no exercício de competência discricionária só será válido se tais motivos realmente ocorreram e o justificavam.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

70. (TRT 2ª REGIÃO-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – FCC – 2018) A Resolução no 49 do Conselho Nacional de Justiça, ao dispor sobre o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, estabelece

- a) a natureza permanente do núcleo, destinado a subsidiar o processo decisório dos magistrados, conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos.
- b) o seu caráter instrumental e de apoio, subordinado ao Conselho Nacional de Justiça, como órgão orientador das políticas judiciárias dos Tribunais vinculados.
- c) seu caráter de órgão facultativo, instituído no âmbito de cada Tribunal a critério do respectivo Presidente e vinculado ao Corregedor.
- d) a configuração paritária do Núcleo, composto por servidores integrantes do Judiciário e por membros externos, indicados por órgãos técnicos e científicos.
- e) a atuação estratégica do Núcleo, como órgão externo de apoio ao Conselho Nacional de Justiça, composto por especialistas na área de estatística, atuação e de contabilidade.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

71. (TRT 7ª REGIÃO-CE – ANALISTA JUDICIÁRIO – 2017) Ao transferir, por contrato, a execução de atividade administrativa para uma pessoa jurídica de direito privado, a União se utiliza do instituto da

- a) desconcentração.
- b) outorga.
- c) descentralização.
- d) concentração.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

72. (MPE-AL – ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – GESTÃO PÚBLICA – FGV – 2018) Uma das maneiras de exercer a cidadania é realizando o controle social, que pode ser desempenhado por intermédio de

- a) auditorias.
- b) agências executivas.
- c) assembleias legislativas.
- d) sistemas de controle interno.
- e) conselhos gestores de políticas públicas.

MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

73. (PREFEITURA DE NITERÓI-RJ – AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – CONTROLADORIA – FGV – 2018) O modelo de Excelência da Gestão Pública foi uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de modernizar a Administração Pública. Sobre esse modelo, assinale a afirmativa correta.

- a) Institui uma orientação centrada no mercado e na eficiência operacional.
- b) Promove a lógica de sistemas fechados, compreendendo a administração pública holisticamente.
- c) Estimula a estabilidade do servidor público, garantindo a contratação livre na administração indireta.
- d) Fomenta a estatização de organizações em setores estratégicos, pautando-se no conceito de substituição de importações.
- e) Direciona o setor público para a gestão por resultados, em busca da melhor utilização dos recursos.

74. (PREFEITURA DE SALVADOR-BA – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR I – SUPORTE ADMINISTRATIVO OPERACIONAL – FGV – 2017) Considerando o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP, a metodologia para gestão e mensuração do desempenho estabelece a cadeia de valor e seis dimensões do desempenho que permitem orientar a modelagem de indicadores para o acompanhamento da gestão. Sobre essas dimensões, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficiência, eficácia e execução são dimensões referentes a esforço.
- () Economicidade, excelência e execução são dimensões referentes a esforço.
- () Efetividade, economicidade e excelência são dimensões referentes a esforço.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) F, F e V.

75. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL – GESTÃO DA QUALIDADE – FGV – 2018) Ao ter a sua primeira edição elaborada em 2005, o “Modelo de Excelência em Gestão Pública” visava guiar a administração pública brasileira para uma gestão focada em resultados e orientada para:

- a) o mercado;
- b) o produto;
- c) o agente político;
- d) a impessoalidade;
- e) o cidadão.

76. (CÂMARA DE SALVADOR-BA – ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL – GESTÃO DA QUALIDADE – FGV – 2018) Com base no “Modelo de Excelência em Gestão Pública”, a concepção de que a administração deve ser transparente e dar publicidade aos seus atos está suportada pela ideia de:

- a) controle social;
- b) desenvolvimento de parcerias;
- c) visão de futuro;
- d) cultura da inovação;
- e) orientação por processos.

TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

77. (TRT 12ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FGV – 2017) As entidades da administração pública devem divulgar uma série de informações consideradas de interesse da sociedade acerca da condução das atividades públicas e outras que podem ser requisitadas individualmente por pessoas ou entidades representativas.

São requisitos para o exercício da denominada transparência passiva:

- a) divulgação de informações voluntárias;
- b) existência de serviço de informações ao cidadão;
- c) existência de página eletrônica oficial do ente;
- d) informação disponível de forma imediata;
- e) restrição à informação de caráter pessoal.

INDICADORES DE DESEMPENHO

78. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO REGIONAL – FGV – 2017) Um gerente de sessão de determinado órgão público declarou que sua principal preocupação é que “as atividades da nossa sessão sejam realizadas e que os nossos objetivos sejam atingidos – não importa quanto esforço a equipe tenha que fazer”.

A principal preocupação do gerente é com a:

- a) produtividade;
- b) eficácia;
- c) eficiência;
- d) estratégia;
- e) missão organizacional.

79. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – ADMINISTRAÇÃO – CESGRANRIO – 2015) No desempenho organizacional, é fundamental o desenho de indicadores sustentados em critérios claros e amplamente aceitos. Dentre eles, destacam-se aqueles relacionados à conformidade, a critérios e a padrões de qualidade para a realização de processos, atividades e projetos na busca de sua melhor execução. Indicadores dessa natureza estão relacionados ao critério de:

- a) eficácia.
- b) eficiência.
- c) efetividade.
- d) excelência.
- e) economicidade.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

80. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO REGIONAL – FGV – 2017) Em um órgão público, o método de avaliação é focado nos comportamentos associados a desempenhos extremamente positivos ou negativos.

Esse método de avaliação, bastante tradicional, é conhecido como:

- a) escalas gráficas;
- b) incidentes críticos;
- c) ordenação simples;
- d) distribuição forçada;
- e) comparação por pares.

81. (PREFEITURA DE NITERÓI-RJ – AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO – CONTROLADORIA – FGV – 2018)

A Administração Gerencial, após se difundir pelos principais países do Ocidente, ganhou força no Brasil no final do século passado, deixando para trás um período marcado pela forte presença da burocracia na Administração Pública.

O advento da administração gerencial trouxe à tona o conceito da accountability. O conceito de accountability está relacionado à ideia de que

- a) o agente público deve prestar contas e se responsabilizar por suas ações.
- b) o processo deve ser priorizado em relação ao resultado.
- c) o desenvolvimento econômico está atrelado ao sigilo das informações governamentais.
- d) o Estado deve ter uma orientação empreendedora e garantir os serviços básicos para os cidadãos.
- e) os limites entre o patrimônio público e privado são reduzidos.

CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA

82. (SUDENE-PE – AGENTE ADMINISTRATIVO – FGV – 2013) Assinale a alternativa que apresenta característica fundamentais para diferenciar a Administração Pública da Administração Privada.

- a) Enquanto a Administração Privada utiliza o planejamento, a organização, a direção e o controle como técnicas administrativas, a Administração Pública utiliza apenas técnicas relacionadas à motivação e à avaliação de resultados.
- b) Enquanto a Administração Pública tem como objetivo proporcionar o bem-estar à coletividade, a Administração Privada tem como objetivo primordial o lucro.
- c) Tanto na Administração Pública quanto na Privada, os gestores possuem liberdade de atuação e podem fazer tudo o que a lei não proíbe.
- d) Tanto na Administração Pública quanto na Privada, a eficiência é medida pelo cumprimento da missão planejada.
- e) Enquanto os gestores da Administração Pública prestam contas aos Tribunais de Contas das esferas a que estão subordinados, na Administração Privada os gestores não precisam prestar contas.

83. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOCF – 2015) A estruturação da máquina administrativa no Brasil passou por reformas que provocaram mudanças e impactos nas estruturas administrativas do setor público. Dentre essas reformas, surgiu o Plano Diretor da Reforma do Estado para modificar a burocracia pública brasileira, dividindo as atividades estatais em dois segmentos. Quais são esses segmentos?

- a) Atividades de legislação pública e atividades de formulação de políticas públicas.
- b) Atividades de reformas estruturais do Estado e atividades de reformas da administração pública.
- c) Atividades exclusivas do Estado e atividades não exclusivas do Estado.
- d) Atividades de criação e expansão de burocracias públicas e atividades de racionalização.
- e) Atividades de gerencialismo na administração pública e atividades de descentralização.

84. (TCE-PA – AUDITOR – AOCF – 2012) Desde o início do Século XX, com a ampliação da esfera de atuação do Estado, tem-se desenvolvido diferentes teorias para estimular a eficiência do aparelho público. Entre elas, encontra-se a contribuição de Max Weber. Assinale a alternativa INCORRETA quanto aos aspectos enfatizados nos estudos de Weber.

- a) Racionalidade.
- b) Divisão especializada de tarefas.
- c) Eficiência.
- d) Centralização de recursos e competências.
- e) Regras impessoais de conduta.

85. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO – INSTITUTO AOCF – 2016) A sociedade brasileira contemporânea tem claramente aumentado seu grau de exigência em relação à Administração Pública e o Estado. Diante disso, a nova gestão pública deve se orientar por princípios e valores para o funcionamento do novo Estado. Alguns desses princípios e valores são:

- a) efetividade, criatividade, tecnicidade, abrangência e adequação.
- b) racionalidade, organicidade, distribuição, continuidade e permanência.
- c) descompactação, divulgação, individualidade e exclusividade.
- d) descentralização, desconcentração, profissionalização e transparência.
- e) inseparabilidade, apropriação, condescendência e arbitrariedade.

86. (EBSERH – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – INSTITUTO AOCP – 2015)

Sobre a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A administração pública, no sentido material, é o conjunto coordenado de funções visando à boa gestão da coisa pública, de modo a possibilitar que os interesses sociais sejam alcançados.
- b) A administração pública assume um papel importante, com o propósito de possibilitar o cumprimento das funções básicas do Estado, especialmente os serviços indispensáveis à satisfação das necessidades coletivas.
- c) A administração pública destaca-se, portanto, por ser um conjunto de órgãos destinados a cumprir as finalidades do Estado, o que pode ser resumido na busca da “realização do bem comum”.
- d) O gerenciamento dos interesses da coletividade, por meio da administração pública, não cabe ao administrador público, que é o servidor legalmente investido em cargo público, efetivo ou temporário, uma vez que a sociedade de um modo geral deve preocupar-se e responsabilizar-se pela máquina pública.
- e) Compete ao administrador público, servidor legalmente investido em cargo público, efetivo ou temporário, desenvolver ações de planejamento, dirigir, acompanhar e controlar os projetos, atividades e programas governamentais com a finalidade de garantir o cumprimento das metas preestabelecidas.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

87. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) A respeito da evolução da administração pública no Brasil após 1930, julgue o item seguinte. A Constituição Federal de 1988 (CF) rompeu com o retrocesso burocrático que até então prevalecia, ao conceder autonomia ao Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos e proporcionar flexibilidade operacional aos entes da administração indireta.

() CERTO () ERRADO

88. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) A respeito da evolução da administração pública no Brasil após 1930, julgue o item seguinte. O Decreto-lei nº 200/1967, estatuto básico da reforma administrativa do governo militar, reafirmou a importância do planejamento entendido sob uma ótica tecnicista.

() CERTO () ERRADO

89. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) A respeito da evolução da administração pública no Brasil após 1930, julgue o item seguinte. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) iniciou um movimento de profissionalização do funcionalismo público, mediante a implantação de um sistema de ingresso competitivo e de critérios de promoção por merecimento.

() CERTO () ERRADO

90. (PF – ADMINISTRADOR – CESPE – 2014) A respeito da evolução da administração pública, julgue o item seguinte.

A condição monopolista é apontada como causa da ineficiência do Estado pelos teóricos que argumentam a favor da nova administração pública (NAP).

() CERTO () ERRADO

91. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Julgue o item seguinte, a respeito das crises do Estado brasileiro e de suas reformas administrativas.

O Programa Nacional de Desburocratização, criado na década de 60 do século passado, foi a primeira tentativa de reforma gerencial da administração pública.

() CERTO () ERRADO

92. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Com referência à Reforma da Gestão Pública do Brasil em 1995, julgue o item que se segue.

A reforma em questão teve início com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE).

() CERTO () ERRADO

93. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Julgue o item seguinte, a respeito das crises do Estado brasileiro e de suas reformas administrativas.

No século XX, com a formação do grande Estado social e econômico, responsável pelos serviços de educação, cultura, saúde, previdência e outros, a administração burocrática foi essencial para garantir eficiência nesse novo cenário.

() CERTO () ERRADO

94. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) A primeira reforma da administração pública do Brasil foi a reforma burocrática.

() CERTO () ERRADO

95. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE - 2012) Julgue o item seguinte, a respeito das crises do Estado brasileiro e de suas reformas administrativas.

O Decreto-lei n.º 200/1967 garantia a contratação de empregados somente mediante concurso público, o que possibilitou a seleção de administradores públicos de alto nível, contribuindo para a reforma do Estado gerencialista.

() CERTO () ERRADO

96. (TRE-AC – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – AOC – 2015) A gestão estratégica pode ser entendida como uma composição de quatro momentos principais com uma atividade em cada momento. Qual é a atividade ou momento que é caracterizado por agir sobre a realidade, incluindo fazer, implementar, monitorar e avaliar?

- a) Formulação.
- b) Operação.
- c) Diagnóstico.
- d) Estratégia.
- e) Controle.

97. (EBSERH – ANALISTA ADMINISTRATIVO – ADMINISTRAÇÃO – INSTITUTO AOC – 2017) Assinale a alternativa correta.

- a) São processos típicos da administração pública burocrática a delegação de autoridade e o rígido controle sobre o desempenho.
- b) A administração pública gerencial é voltada para os processos e procedimentos internos vinculados aos serviços públicos.
- c) A autorreferência e a promoção dos próprios interesses são consequências da administração pública gerencial.
- d) A administração pública burocrática tem foco na redução dos custos e na eficiência da administração dos bens e serviços inerentes ao Estado.
- e) São processos típicos da administração pública gerencial a descentralização e o controle de resultados definidos por contrato.

98. (TRANSPETRO – ADMINISTRADOR JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) Considere o trecho abaixo.

Sachs, como um dos consultores do grupo que assessorou o secretário-geral da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo (1972) e a do Rio de Janeiro (1992), vem defendendo desde 1970 a prioridade de uma agenda mundial que contemple a correlação entre pauperismo e crise ambiental nos países do Sul.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n2/a11v34n2.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018. (Adaptado.)

O texto reflete uma preocupação que, atualmente, é um dos principais pilares do Desenvolvimento Sustentável, em que a noção de crescimento econômico deve levar em consideração a(o):

- a) inclusão social e a proteção ambiental.
- b) inclusão econômica e o crescimento social.
- c) inclusão internacional e mudanças ambientais.
- d) crescimento populacional e mudanças climáticas.
- e) crescimento industrial e as mudanças sociais.

99. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) A reforma do Estado brasileiro, ocorrida na década de 1990, apresentou estratégias de mudanças em várias dimensões do aparelho estatal. Particularmente no campo da gestão pública estatal, a reforma incidiu sobre:

- a) o sistema jurídico.
- b) o aparato legislativo.
- c) a cultura burocrática.
- d) a estrutura organizacional.
- e) as relações de propriedade.

100. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) No Brasil, desde a década de 1990, o campo da política social passou a ser atravessado por algumas tendências que determinaram novas dinâmicas ao aparato institucional responsável pelos serviços sociais, quais sejam:

- a) focalização, universalidade, participação e integração.
- b) refilantropização, desenvolvimentismo, integração e verticalidade.
- c) assistencialização, privatização, centralização e localismo.
- d) descentralização, intersetorialidade, controle social e territorialidade.
- e) participação, gerencialismo, terceirização e centralização.

101. (CEFET-RJ – ADMINISTRADOR – CESGRANRIO – 2014) Ao longo do tempo, 3 formas de administração pública se sucederam. Uma dessas formas emerge na segunda metade do século XX como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial. Focada no aumento da eficiência da Administração Pública, a forma acima descrita é denominada Administração Pública:

- a) liberal.
- b) gerencial.
- c) burocrática.
- d) patrimonialista.
- e) desenvolvimentista.

102. (BACEN – ANALISTA DO BANCO CENTRAL – CESGRANRIO – 2010) Tina é coordenadora da unidade responsável pela elaboração e implementação de normas técnicas de uma organização financeira. Apesar de gerenciar apenas uma unidade, ela tem uma visão holística da organização. Ela enxerga a sua unidade como um dos muitos elementos da organização, e esta, como integrante de sistemas maiores, como o sistema financeiro brasileiro. Tina reconhece a interdependência das partes e defende que a realidade, devido à sua complexidade, deve ser vista de forma integrada. Conclui-se que Tina enxerga a organização de uma forma:

- a) global.
- b) contingente.
- c) funcional.
- d) sistêmica.
- e) burocrática.

103. (IBGE – ANALISTA – RECURSOS MATERIAIS E LOGÍSTICA – CESGRANRIO – 2013) A estratégia de uma instituição pode ser entendida como a seleção dos meios para realizar seus objetivos. Para uma instituição, “Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania” e “Ser reconhecido e valorizado, no país e internacionalmente, pela integridade, relevância, consistência e excelência de todas as informações estatísticas e geocientíficas que produz e dissemina em tempo útil” são exemplos, respectivamente, de:

- a) missão e visão.
- b) objetivo estratégico e meta.
- c) ponto forte e oportunidade.
- d) fator crítico de sucesso e valor.
- e) condicionante estratégico e vantagem competitiva.

REFORMAS ADMINISTRATIVAS

104. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) Na reforma do Estado brasileiro ocorrida na década de 1990, as mudanças propostas foram orientadas pela concepção de administração pública gerencial caracterizada pela(o):

- a) hierarquia funcional rígida.
- b) estrutura de autoridade impessoal.
- c) flexibilidade organizacional.
- d) administração tecnocrática.
- e) ordenamento rígido de normas.

105. (PETROBRAS – ASSISTENTE SOCIAL JÚNIOR – CESGRANRIO – 2011) A reforma do Estado tornou-se, durante a década de 90 do século XX, a tônica nos discursos e práticas políticas na sociedade brasileira. Dentre o conjunto de suas proposições, o ideário da reforma buscava a tentativa de:

- a) superação da administração burocrática com a introdução da administração gerencial.
- b) aferição de resultados na gestão pública sob a ótica dos interesses sociais e coletivos.
- c) ampliação do gasto público em programas sociais e na remuneração da administração pública.
- d) abandono do controle social por onerar o sistema público com incentivo às práticas patrimonialistas.
- e) incentivo ao papel exclusivo do Estado na promoção do desenvolvimento social e econômico.

106. (PETROBRAS – PROFISSIONAL JÚNIOR – SERVIÇO SOCIAL – CESGRANRIO – 2015) O Welfare State foi estruturado com base na responsabilidade do Estado na manutenção das condições de reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, em quais dimensões esse modelo de seguridade social operou:

- a) Regulação da economia e universalização dos serviços sociais.
- b) Privatização dos riscos sociais e inovação das políticas sociais.
- c) Diferenciação dos benefícios sociais e nacionalização da economia.
- d) Implementação de subsídios sociais e prestação privada de serviços.
- e) Incorporação de aposentadoria e segmentação de direitos sociais.

BSC – BALANCED SCORECARD

107. (BNDES – PROFISSIONAL BÁSICO – ENGENHARIA – CESGRANRIO – 2013) O Balanced Score Card (BSC) é muito utilizado em empresas de todo o mundo. Um dos motivos de seu sucesso se deve ao fato de o BSC:

- a) apresentar duas dimensões: perspectiva financeira e governamental.
- b) apresentar três dimensões: perspectiva financeira, do cliente e governamental.
- c) apresentar quatro dimensões: perspectiva financeira, do cliente, interna e governamental.
- d) enfatizar o resultado financeiro final.
- e) procurar fornecer a visão de conjunto dos fatores críticos de sucesso.

CICLO PDCA

108. (LIQUIGÁS – PROFISSIONAL JÚNIOR – ANÁLISE DE SISTEMAS – CESGRANRIO – 2013) O ciclo PDCA, uma das bases da melhoria da qualidade, é uma ferramenta utilizada no gerenciamento da qualidade que se divide nos seguintes passos:

- a) programar, executar, eliminar riscos e agir.
- b) programar, definir riscos, controlar escopo e agir.
- c) planejar, definir, controlar e anteceder.
- d) planejar, fazer, executar e agir.
- e) planejar, fazer, verificar e agir.

109. (PETROBRAS – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO JÚNIOR – CALDEIRARIA – CESGRANRIO – 2012) O ciclo PDCA, ciclo de Shewhart ou ciclo de Deming, tem aplicação ampla nos processos de gestão, podendo ser aplicado em empresas ou na condução de ações particulares. Sobre as atividades do ciclo, afirma-se que:

I – P é o planejamento, onde se definem as metas e se estabelecem os planos de ação.

- II – D é a verificação do cumprimento do plano de ação.
- III – C é a execução dos planos de ação.
- IV – A envolve a tomada de ações corretivas necessárias.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e IV, apenas.
- d) I, II e III, apenas.
- e) I, II, III e IV.

COMPRAS NO SETOR PÚBLICO

110. (TRANSPETRO – TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE JÚNIOR – CESGRANRIO – 2018) O sistema de compras do setor público possui características distintas das do setor privado. Dentre estas características há o processo licitatório, cujo objetivo final é:

- a) realizar concorrência entre possíveis fornecedores.
- b) observar a isonomia entre os concorrentes.
- c) escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- d) observar a impessoalidade no processo de compra.
- e) promover a publicidade do certame.

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

111. (EPE – ANALISTA DE GESTÃO CORPORATIVA – ADMINISTRAÇÃO GERAL CESGRANRIO – 2014) Na administração pública, os gestores devem agir de acordo com normas legais que fixam as competências dos órgãos e orientam sobre os procedimentos relativos aos atos e fatos administrativos. Para que tais normas sejam observadas, é necessário o exercício do controle na administração pública. Considerando-se as normas constitucionais e legais sobre controles na administração pública, verifica-se que o(s):

- a) controle exercido pela sociedade (controle social) é um tipo de controle vertical.
- b) controle interno é competência do Poder Legislativo.
- c) controles interno e externo são exercidos durante o processo de execução orçamentária.
- d) poderes são independentes entre si, não havendo, por isso, controle de um sobre o outro.
- e) Tribunais de Contas são os principais órgãos de controle externo da administração pública.

112. (BANCO DA AMAZÔNIA – TÉCNICO CIENTÍFICO – ANÁLISE DE SISTEMAS – CESGRANRIO – 2014) O benchmarking é uma ferramenta e técnica utilizada no processo denominado plano de gerenciamento da qualidade. O benchmarking tem como objetivo:

- a) considerar todos os custos incorridos no ciclo de vida do produto ou do projeto que estejam relacionados à prevenção de não conformidades e falha no atingimento dos requerimentos do projeto.
- b) identificar, com base em um gráfico de barras verticais, as principais causas que são responsáveis pela maioria dos problemas existentes nos projetos.
- c) identificar uma parte da população que deve ser avaliada de acordo com um método de seleção de amostras.
- d) medir estatisticamente os fatores que influenciam os aspectos variáveis de um produto ou processo que esteja em desenvolvimento ou em produção com a intenção de ajudar na determinação de testes.
- e) comparar as práticas atuais e planejadas do projeto com outros projetos para identificar melhores práticas, suportar a geração de ideias de melhoria e criar uma base para mensuração da performance.

Instrução: Nas questões a seguir, preencha os campos com o código C, caso julgue o item CERTO; ou com o código E, caso julgue o item ERRADO.

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

113. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) No que concerne à organização administrativa, julgue o item seguinte.
Dado o poder hierárquico do Estado, na ocorrência do fenômeno de desconcentração administrativa, os órgãos e agentes públicos decorrentes da subdivisão não perdem o vínculo hierárquico com a pessoa jurídica de origem.

() CERTO () ERRADO

ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

114. (PF – AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL – CESPE – 2014) Julgue o item que segue, relativo à ética no serviço público.
Ocorrerá desvio ético na conduta de servidor público que se recuse a utilizar um eficiente sistema de gestão de almoxarifado, sob a alegação de maior confiabilidade do seu controle manual de entrada e saída de materiais.

() CERTO () ERRADO

115. (PRF – POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL – CESPE – 2013) A respeito da ética no serviço público, julgue o item subsequente.
O elemento ético deve estar presente na conduta de todo servidor público, que deve ser capaz de discernir o que é honesto e desonesto no exercício de sua função.

() CERTO () ERRADO

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

116. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) A respeito da organização político-administrativa brasileira, da administração pública e do Poder Executivo, julgue o item subsequente.

De acordo com a CF, a prática de ato de improbidade administrativa por agente público implica a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível.

() CERTO () ERRADO

117. (PF – AGENTE ADMINISTRATIVO – CESPE – 2014) Organizações públicas da administração federal direta apresentam cadeias de comando do tipo matricial, isto é, há intercâmbio de poder decisório acerca de pessoas e de recursos em duas ou mais unidades administrativas situadas em níveis hierárquicos diferentes.

() CERTO () ERRADO

118. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Acerca da estrutura da administração pública, que abrange as administrações direta e indireta, composta por entidades dotadas de personalidade jurídica, julgue o item subsequente. Não é considerada integrante da administração pública a entidade qualificada com natureza de pessoa jurídica de direito privado que, embora se constitua como sociedade de economia mista, exerça atividade tipicamente econômica.

() CERTO () ERRADO

119. (PRF – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR – CESPE – 2012) Acerca da estrutura da administração pública, que abrange as administrações direta e indireta, composta por entidades dotadas de personalidade jurídica, julgue o item subsequente. O ente federado, ao optar por descentralizar determinada atividade administrativa mediante a criação de uma nova entidade pública que integre a administração pública indireta, deve conferir a esta autonomia administrativa, gerencial, orçamentária e financeira, mas não autonomia política.

() CERTO () ERRADO

1.

Em “a”: Errado – Pensamento sistêmico não é critério, é fundamento.

Em “b”: Errado – Estratégias e Planos representa(m) um CRITÉRIO de Excelência. NÃO é fundamento.

Em “c”: errado – O benchmarking é uma ferramenta/metodologia utilizada no novo modelo de Excelência na gestão (MEG), porém, no antigo não, e a questão tem por base o modelo anterior e não o atual.

Em “d”: Errado – O MEG não utiliza a workflow como ferramenta.

Em “e”: Certo – Estava correta considerando o modelo anterior. Fica, portanto, a observação: De acordo com a nova edição do modelo de excelência da gestão, o sistema de pontuação deixa de ser contemplado.

Caros alunos fiquem muito atentos, embora a banca tenha considerado o gabarito E, essa questão está desatualizada, pois, o novo MEG da FNQ traz alterações nesse conteúdo (21ª edição do MEG) e, nesse modelo, consta apenas OITO FUNDAMENTOS (vide link Fonte: <http://www.fnq.org.br/aprenda/metodologia-meg/modelo-de-excelencia-da-gestao/fundamentos>)

Os oito Fundamentos da Excelência, na 21ª edição do MEG, são:

ENSAMENTO SISTÊMICO - Reconhecimento das relações de interdependência e consequências entre os diversos componentes que firmam a organização, bem como entre estes e o ambiente com o qual interagem.

COMPROMISSO COM AS PARTES INTERESSADAS - Gerenciamento das relações com as partes interessadas e sua inter-relação com as estratégias e processos.

APRENDIZADO ORGANIZACIONAL E INOVAÇÃO

Busca e alcance de novos patamares de competência para a organização e sua força de trabalho, por meio da percepção, reflexão, avaliação e compartilhamento de conhecimentos, promovendo um ambiente favorável à novas identificações.

ADAPTABILIDADE - Flexibilidade e capacidade de mudança para atender as atuais demandas.

LIDERANÇA TRANSFORMADORA - Atuação dos líderes de forma ética e comprometida com a excelência e mobilizando as pessoas em torno de valores, princípios e objetivos da organização e gerando interação com as partes interessadas.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - Compromisso da organização em responder pelos impactos de suas decisões e atividades, na sociedade e no meio ambiente, e de contribuir para a melhoria das condições de vida.

ORIENTAÇÃO POR PROCESSOS - Busca da eficiência e eficácia através das ações de forma que essas agreguem valor para as partes interessadas.

GERAÇÃO DE VALOR - Alcance de resultados econômicos, sociais e ambientais e que atendam às necessidades e expectativas das partes interessadas.

GABARITO OFICIAL: E

2.

Em "a", "c", "d" e "e": Errado – todas as alternativas atuam como instâncias de apoio à governança.

Em "b": Certo – São responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, lembrando ainda que, na falta desses conselhos, ou de outros equivalentes, essa função compete à alta administração.

GABARITO OFICIAL: B

3.

Em "a" e "b": Errado – Trata-se do mecanismo de controle.

Em "c" e "e": Errado – Trata-se do mecanismo de liderança.

Em "d": Certo – Junto com estratégia organizacional e alinhamento transorganizacional, refere-se ao mecanismo estratégia.

GABARITO OFICIAL: D

4.

Em "a", "b" e "d": Errado – dentre os dois tipos de atores considerados na governança, esses são os agentes.

Em "c": Certo – dentre os dois tipos de atores considerados na governança, esse é o principal.

Em "e": Errado – não se trata de nenhum dos dois tipos.

Quando se fala em governança, dois tipos básicos de atores estão envolvidos: principal e agente.

GABARITO OFICIAL: C

5.

Em "a": Errado – As normas de auditoria da Intosai conceituam accountability como a obrigação que têm as pessoas ou entidades às quais se tenham confiado recursos, incluídas as empresas e organizações públicas, de assumir as responsabilidades de ordem fiscal, gerencial e programática que lhes foram conferidas, e de informar a quem lhes delegou essas responsabilidades (BRASIL, 2011). Espera-se que os agentes de governança prestem contas de sua atuação de forma voluntária, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões (IBGC, 2010).

Em "b": Errado – promover a equidade é garantir as condições para que todos tenham acesso ao exercício de seus direitos civis - liberdade de expressão, de acesso à informação, de associação, de voto, igualdade entre gêneros -, políticos e sociais - saúde, educação, moradia, segurança (BRASIL, 2010c).

Em "c", Errado – é fazer o que é preciso ser feito com qualidade adequada ao menor custo possível. Não se trata de redução de custo de qualquer maneira, mas de buscar a melhor relação entre qualidade do serviço e qualidade do gasto (BRASIL, 2010c).

Em “d”: Certo – princípio jurídico fundamental do Estado Democrático de Direito e critério informativo do controle externo da administração pública que amplia a incidência do controle para além da aplicação isolada do critério da legalidade. Não basta verificar se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. Admite o ceticismo profissional de que nem sempre o que é legal é legítimo.

Em “e”: Errado – diz respeito ao zelo que os agentes de governança devem ter pela sustentabilidade das organizações, visando sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

GABARITO OFICIAL: D

6.

Afirmativa I – Verdadeiro – Governança: implementação de políticas públicas. Pode ser analisada no campo público e no campo corporativo, sendo este último o pertinente à afirmativa.

Afirmativa II – Verdadeiro – Governabilidade: legitimidade.

Afirmativa III – Falso – São conceitos que, embora interligados, são distintos.

Accountability: prestar contas.

GABARITO OFICIAL: A

7.

Afirmativa I – Falso – Governança e governabilidade são conceitos interligados, porém, não são sinônimos. Governabilidade diz respeito à legitimidade enquanto a governança diz respeito à implementação de políticas públicas.

Afirmativa II – Verdadeiro – Eficiência quer dizer atingir a meta considerando os recursos, os custos, ou seja, fazer o proposto com baixo custo, o que condiz com o uso racional e econômico dos insumos.

Afirmativa III – Verdadeiro – Aquilo que causa impacto, ou seja, o resultado tem que ser relevante, fazer diferença, positivamente, para quem receber a ação.

GABARITO OFICIAL: A

8.

Em “a”, “b”, “d” e “e”: Errado – Como o enunciado coloca o princípio que pressupõe responsabilização, podemos descartar as demais alternativas por elas não estarem relacionadas ao aspecto de prestação de contas + responsabilização.

Em “c”: Certo – O termo accountability refere-se a ideia de responsabilização, refere-se ao controle e à fiscalização dos agentes públicos. Refere-se à prestação de contas e responsabilização.

GABARITO OFICIAL: C

9.

Em “a”: Accountability e transparência - Os membros das organizações de governança interna e da administração executiva são os responsáveis por prestar contas de sua atuação e devem assumir, integralmente, as consequências de seus atos e omissões.

Em “b”: Cada um dos múltiplos agentes dentro do governo tem seus próprios objetivos. Assim, para a governança efetiva, é preciso definir objetivos coerentes e alinhados entre todos os envolvidos na implementação da estratégia para que os resultados esperados possam ser alcançados.

Em “c”: Gestão de riscos e controle interno - Risco é o efeito da incerteza sobre os objetivos da organização. Logo, determinar quanto risco aceitar na busca do melhor valor para a sociedade e definir controles internos para mitigar riscos inerentes não aceitáveis são desafios da governança nas organizações e responsabilidades da alta administração.

Em “d”: Liderança organizacional - A responsabilidade final pelos resultados produzidos sempre permanece com a autoridade delegante. Por isso, a alta administração é responsável pela definição e avaliação dos controles internos que mitigarão o risco de mau uso do poder delegado, sendo a auditoria interna uma estrutura de apoio comumente utilizada para esse fim. (Fonte: TCU).

Em “e”: Relacionamento com partes interessadas - Considerando o crescente foco das organizações na prestação de serviços com eficiência, o alinhamento de suas ações com as expectativas das partes interessadas é fundamental para a otimização de resultados. (Fonte: Site – TCU).

GABARITO OFICIAL: A

10.

Em “a”: Accountability é a prestação de contas dos gestores e agentes públicos.

Em “b”: Eficiência é o uso correto dos recursos, o processo de medição de desempenho visa verificar se foi alcançada a eficiência.

Em “c”: Equidade é uma perspectiva de justiça, de tratar todos da mesma forma.

Em “d”: Legitimidade é verificar se o procedimento ou a decisão foi estabelecida de acordo com as regras.

Em “e”: Responsabilidade está de acordo com o enunciado da questão de fazer com que o agente público seja um agente de governança prezando pelo zelo para com a organização e pessoas.

GABARITO OFICIAL: E

11.

Em “a”, accountability traz como conceito uma responsabilidade por parte do gestor ou agente em prestar contas de sua gestão e decisões, dando maior transparência às ações e nesse sentido faz-se entender que a gestão estará acessível a todos.

Em “b”, anuência significa concordância ou permissão, não é nesse sentido que se tem accountability e sim na prestação de contas.

Em “c”, não necessariamente justificar as decisões tomadas, mas tornar acessível a decisão que foi tomada.

Em “d”, os resultados devem abranger todas as searas e não somente operacionais, aliás principalmente uma gestão estratégica.

Em “e”, a responsabilidade social de ter um ganho de valor institucional e não mercadológico.

GABARITO OFICIAL: A

12.

Em "a", accountability está atrelada à prestação de contas e responsabilização dos gestores e agentes públicos.

Em "b", equidade é um conceito voltado ao equilíbrio de forma que haja justiça no tratamento e dessa forma se consegue o comprometimento e a lealdade das pessoas.

Em "c", prestação de contas é a responsabilização por parte dos gestores e agentes dando maior transparência à administração pública.

Em "d", responsabilidade Corporativa diz respeito à toda organização perante suas decisões e gerenciamento.

Em "e", transparência é fazer com que a informação esteja disponível e que com isso seja possível ter um maior controle dos dados informados.

GABARITO OFICIAL: B

13.

Em "a": Errado – Relaciona-se à obrigação de prestação de contas.

Em "b": Errado – Recato no comportamento; decência / "no vestir, no agir, no falar"

Em "c" e "d": Errado – Não se refere à aparência da ação.

Em "e": Certo – Qualidade do que é probo; integridade, honestidade, retidão. Um agente que tem por convicção sua probidade, automaticamente apresentará um comportamento adequado, decente.

GABARITO OFICIAL: E

14.

ATENÇÃO: consideremos as considerações pertinentes à cada alternativa, mas, RESSALTAMOS que o referido programa foi revogado em 2017 pelo então presidente Michel Temer.

Em "a": Errado – Aplica-se às três esferas

Em "b": Errado – Foi o Decreto 5.378/2005 que instituiu o programa

Em "c": Errado – A participação é facultativa

Em "d": Certo – Objetivava a excelência em gestão pública.

Em "e": Errado – Promover a *gestão democrática*, participativa, *transparente* é objetivo do programa.

GABARITO OFICIAL: D

15.

Em "a": Errado – Trata-se de um instrumento de aplicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado, propondo-se a introduzir no Setor Público às mudanças de valores e comportamentos preconizados pela Administração Pública Gerencial.

Em "b": Errado – Contempla um sistema de avaliação continuada da gestão pública, identificando os pontos fortes e os aspectos gerenciais pouco desenvolvidos, identificados na linguagem do programa como oportunidades de aperfeiçoamento da organização, que devem ser objeto de ações de melhoria.

Em "c": Errado – Primeiro o nome correto é "Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização" e trata-se do GESPÚBLICA – opção da alternativa "e".

Em "d": Errado – Essa comissão foi criada no governo de JK, e com propósito reformista, lhe coube efetuar estudos sobre delegação de competências, estruturas e rotinas dos ministérios, fixação de responsabilidades, reagrupamento de funções e supressão de órgãos desnecessários.

Em "e": Certo – COM RESSALVA A SER FEITA – De fato o instrumento a que se refere o enunciado é o Gespública, PORÉM, destacamos que o governo federal publicou o decreto 9.094/17, REVOGANDO O DECRETO 5378/05, QUE TRATAVA DA GESPÚBLICA.

ATENÇÃO: apesar da revogação do GESPÚBLICA, vemos que o assunto continua sendo matéria cobrada em alguns editais, portanto, convém estar atentos ao conteúdo.

16.

Em "a": O ciclo PDCA é a metodologia de melhoria contínua, visa melhorar a qualidade e está ligada aos processos.

Em "b": Fluxograma ocorre nos processos como forma de mapeamento para entender, medir, identificar e alterar.

Em "c": Histograma é um gráfico em que se preocupa em mostrar dados que foram coletados.

Em "d": Balanced Scorecard – BSC metodologia de gestão de negócios e qualidade criada na década de 90 por professores de Harvard, David Norton e Robert Kaplan. Entenderam que uma organização precisava medir não só aspectos financeiros, mas também os não-financeiros e nessa metodologia as perspectivas de análises são: clientes, financeira, processos internos e aprendizado.

Em "e": Diagrama de dispersão representações de dados pode ter duas ou mais variáveis, a ideia é ser visto os dados por meio de um gráfico.

GABARITO OFICIAL: D

17.

Em "a": a perspectiva "cliente" faz parte do BSC (Balanced Scorecard), porém não somente a citada e também outras 03 (três) como: processos internos, aprendizado e financeira.

Em "b": o BSC é sim uma ferramenta para medição, análise e gestão de desempenho. A medição acontece por 04 (quatro) perspectivas de análises ou dimensões. A ferramenta de gestão foi conceituada por pesquisadores (professores) de Harvard – Rober Kaplan e David Norton em 1992.

Em "c": o BSC é uma ferramenta de gestão e negócios em que se avaliam os aspectos financeiros e não financeiros.

Em "d": o BSC pode ser entendido como uma ferramenta de gestão que visam medir aspectos financeiros e não financeiros sob o ponto de vista de 04 dimensões, sejam elas: financeira, processos internos, aprendizado e crescimento e clientes.

Em "e": COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies) é framework de boas práticas criado pela ISACA (Information Systems Audit and Control Association) para a governança de tecnologia de informação (TI). O BSC está inserido num processo articulado de gestão em busca da melhoria da gestão estratégica e de qualidade.

GABARITO OFICIAL: B

18.

Em "a": Activity Based Budget. O orçamento baseado em atividades (ABB) é um sistema que registra, pesquisa e analisa atividades que geram custos para uma empresa.

Em "b": Beyond Budgeting. É uma forma de gerar uma gestão descentralizada em que repassa para os níveis inferiores (operacionais) mais autonomia.

Em "c": Balanced Scorecard. O BSC é uma metodologia de medição de desempenho por meio de indicadores em que são medidas dimensões ou perspectivas de análises financeiras e não financeiras, são eles: financeira, processos internos, aprendizado e clientes. Além disso o BSC apresenta certos componentes, como: mapa estratégico, objetivos e metas, planos de ação e indicadores.

Em "d": Orçamento Flexível. Creio que a banca trouxe essa possibilidade no intuito de confundir o candidato por conta das informações do enunciado sobre medidas de desempenho financeira e não financeira.

Em "e": Orçamento Base Zero. É uma técnica orçamentária e, portanto, fora da conjuntura do enunciado da questão, pois se trata de ferramenta de gestão conhecida como BSC.

GABARITO OFICIAL: C

19.

Em "a": Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública é o principal instrumento de aplicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho Estado, propondo-se a introduzir no Setor Público as mudanças de valores e comportamentos preconizados pela Administração Pública Gerencial, e, ainda, viabilizar a revisão dos processos internos da Administração Pública com vistas à sua maior eficiência e eficácia.

Em "b": Programa de Qualidade no Serviço Público é o embrião dos programas de qualidade na década de 90.

Em "c": Programa Nacional de Desburocratização. Decreto de 79 e depois de 2005 em que tinha como finalidade dinamizar e simplificar os processos.

Em "d": Comissão de Simplificação Burocrática. Uma comissão criada em 1956 pelo decreto 39.510 de 04 de Julho tendo como incumbência estudar os meios de descentralização dos serviços mediante delegação de competência, fixação de responsabilidades e prestação de contas da autoridade, pela execução dos trabalhos que se acham sob a sua jurisdição; promover medidas junto aos Ministérios quanto ao exame da situação atual das repartições e das rotinas que merecem providência, imediatas de correção; supervisionam as atividades das Subcomissões ministeriais abaixo referidas, traçando normas de sistematização dos trabalhos a serem efetuados.

Em "e": GESPÚBLICA. O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA existe, neste contexto, para apoiar o desenvolvimento e a implantação de soluções que permitam um contínuo aperfeiçoamento dos sistemas de gestão das organizações públicas e de seus impactos junto aos cidadãos.

GABARITO OFICIAL: E

20.

Em "a", o PDCA é um método em que se tem 04 (quatro) fases: Plan/Planejar; Do/Executar; Check/Verificar e Act/Ação.

Em "b", DFSS se relaciona com os seis sigmas que visa fazer mudanças na organização no intuito de melhoria dos processos.

Em "c", o alvo do DMAIC é melhorar processos já existentes e não desenvolver novos. DMAIC significa: Definir, Mensurar, Analisar, Melhore e Controle.

Em "d", Kaizen filosofia da melhoria contínua em que nunca deve parar, pois sempre pode melhorar, a melhora é constante. A filosofia está em consonância com o Ciclo PDCA.

Em "e", pelo diagrama de Pareto é justamente imprescindível saber a importância do problema ou ocorrência.

GABARITO OFICIAL: D

21.

Em "a", razão de existência é a missão da organização.

Em "b", a excelência está pautada justamente no conceito de qualidade, entregar um produto ou serviço no nível máximo de qualidade.

Em "c", novas ideias de produtos ou serviços está mais ligado à inovação e empreendedorismo.

Em "d", os ajustes são importantes como base da gestão de melhorias.

Em "e", diferenciais é ter uma vantagem competitiva, algo que agrega valor ao cliente.

GABARITO OFICIAL: B

22.

Em "a", "b", "c" e "d": Errado – Trata-se de características burocráticas.

Em "e": Certo – Possui foco nos procedimentos, com controle voltado para os resultados.

GABARITO OFICIAL: E

23.

Em "a", "c", "d" e "e": Errado – Características do modelo burocrático.

Em "b": Certo – Possui foco nos procedimentos, com controle voltado para os resultados.

GABARITO OFICIAL: B

24.

A estruturação da Máquina Administrativa passou por sete períodos, vindo de um modelo patrimonial percebida até a década de 30, na sequência veio a Era Vargas, onde vemos o modelo burocrático e, na segunda metade da década de 90, deu início a implementação do modelo gerencial.

Assim, partindo-se de uma perspectiva histórica, verifica-se que a administração pública evoluiu através de três modelos básicos, que representam três reformas administrativas que se destacam, quais sejam, a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada.

Portanto, é um erro afirmar que a administração pública burocrática foi, é ou será por completo eliminada pela gerencial.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

25.

Na Era Vargas (1930 a 1945), o governo autoritário de Vargas resolve modernizar a máquina administrativa brasileira através dos paradigmas burocráticos difundidos por Max Weber. O auge dessas mudanças ocorre em 1936 com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tinha como atribuição modernizar a máquina administrativa utilizando como instrumentos a afirmação dos princípios do mérito, a centralização, a separação entre público e privado, a hierarquia, a impessoalidade, a rigidez e universalidade das regras e a especialização e qualificação dos servidores.

Portanto, não foi no governo de JK que o DASP foi criado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

26.

Na sociedade anterior ao capitalismo, o Estado aparecia como um ente "privatizado", no sentido de que não havia uma distinção clara, por parte dos governantes, entre o patrimônio público e o seu próprio patrimônio privado, não definia-se limites entre a *res publica* e a *res principis*, ou seja, a "coisa pública" se confundia com o patrimônio particular dos governantes, pois não havia uma fronteira muito bem definida entre ambas.

A corrupção e o nepotismo eram extremamente característicos nesse tipo de administração (patrimonialista), tendo como foco atender o interesse particular dos soberanos e de seus auxiliares, ao invés de priorizar as necessidades coletivas. Quando surge o capitalismo e a democracia, o cenário acima perde espaço, passando a existir uma distinção entre Estado e particular, não havendo mais espaço para a administração patrimonialista, ou seja, não cabe mais uma administração que privilegiava uns poucos em detrimento de muitos. Portanto, a Adm. Burocrática surge como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista.

GABARITO OFICIAL: CERTO

27.

Nesse modelo, o Estado aparecia como um ente "privatizado", no sentido de que não havia uma distinção clara, por parte dos governantes, entre o patrimônio público e o seu próprio patrimônio privado, não definia-se limites entre a *res publica* e a *res principis*, ou seja, a "coisa pública" se confundia com o patrimônio particular dos governantes, pois não havia uma fronteira muito bem definida entre ambas.

GABARITO OFICIAL: CERTO

28.

Questão que mostra a importância de se conhecer conceitos, a ponto de ser resolvida facilmente por saber o que é Meta, mas enfim, vamos às alternativas.

Em "a": Errado – trata-se de índice

Em "b": Errado – trata-se de medida

Em "c" e "d": Errado – trata-se de fórmula

Em "e": Certo – Meta – Alcançar (alcançar um objetivo, um desejo)
Fiquem atentos às palavras chaves, elas podem te auxiliar em caso de dúvidas:
Padrão de comparação – índice usado para avaliação comparativa
Índice – valor de um indicador
Fórmula – forma padrão usada
Medida - grandeza qualitativa ou quantitativa

GABARITO OFICIAL: E

29.

Em "a": Uma das pressuposições referentes aos objetivos é que eles precisam ser concretos e atingíveis demonstrados de forma clara.

Em "b": Uma gestão participa deve ser a prevalência em busca de resultados satisfatórios.

Em "c": O clima competitivo não necessariamente precisa existir para que os membros estejam motivados ao alcance dos resultados.

Em "d": A avaliação de desempenho é imprescindível para observar o quanto se atingiu o objetivo estabelecido.

Em "e": Temos um processo de controle, de checagem concomitante que servirá para verificar se está tudo de acordo, ou seja, nos eixos ou trilhos. A checagem concomitante auxilia para correção e assim continuar no rumo certo.

GABARITO OFICIAL: C

30.

Afirmativa I – Se a gestão está focada em resultados estará mais disposta à eficácia. Os procedimentos são importantes, mas não o que se falar em foco nos mesmos.

Afirmativa II – Exatamente numa gestão voltada à liderança participativa a responsabilidade é compartilhada.

Afirmativa III – Apesar dos setores terem autonomia, são complementares e interdependentes o que significa que podem definir em conjunto os procedimentos.

GABARITO OFICIAL: A

31.

Em "a": Os usuários no âmbito da administração pública é uma das partes interessadas, compondo assim os chamados "stakeholders".

Em "b": Governos também faz parte das partes interessada conforme o GESPUBLICA.

Em "c": Fornecedores são fundamentais para alcance de objetivos e metas fazendo parte dos stakeholders.

Em "d": Empregados ou colaboradores são partes interessadas.

Em "e": Concorrentes não são mencionados no GESPUBLICA.

GABARITO OFICIAL: E

32.

Em "a": A administração gerencial foca em resultados. O controle é, *a posteriori*, e também visa a maior eficiência, eficácia e efetividade.

Em "b": Administração Patrimonialista tinha como característica a ausência da distinção e entre a coisa pública e a privada e os cargos públicos eram considerados cargos de prebendas e sinecuras, ou seja, muita renda e pouco trabalho.

Em "c": Administração centralizada não é necessariamente uma forma que tivemos, mas é bom lembrar que na época da administração burocrática tínhamos a centralização das decisões.

Em "d": Administração Burocrática foi implantada na década de 30, no governo de Getúlio Vargas, e visava combater o patrimonialismo e tem como foco os processos.

GABARITO OFICIAL: A

33.

Em "a", Errado – Corresponde ao nível 2 - Os processos são simulados a partir da introdução de dados estimados (quantidades, filas, tempos de espera, tempos de transformação, distribuições estatísticas, valores máximo / mínimo / médio etc.) que nos permitem a criação e a análise de cenários distintos, reduzindo os riscos da implantação e induzindo, quando necessário, mudanças nos modelos de processos.

Em "b": Certo – Os processos são identificados a partir de seus valores, de seus impactos / motivações / características, de seus papéis (valor adicionado, insumo, referência, infraestrutura), das sincronias envolvidas (critérios, condições / ações, atividades) e de seus efeitos colaterais.

Em "c" e "d", Errado – não se trata dos níveis de maturidade do processo - Modelagem; Simulação; Emulação; Encenação e Processos Interoperados

Em "e": Errado – Os processos são emulados a partir da coexistência de dados da realidade junto aos dados estimados, permitindo um maior refinamento dos cenários e dos possíveis impactos e, novamente, minimizando a possibilidade de efeitos indesejáveis.

GABARITO OFICIAL: B

34.

Em "a" e "c": Errado – trata-se de monitoramento e não de avaliação.

Em "b" e "d": Errado – trata-se de avaliação e não de monitoramento.

Em "e", Certo – Primeiramente, faço aqui uma observação em relação às alterações do PPA 2012-2015 para o PPA 2016-2019. Alertamos que o gabarito se baseia no primeiro citado, porém, esses diferem bastante na concepção formal de monitoramento e avaliação, portanto, para as próximas provas, estejam atentos à atualização da leitura.

Após essa observação, importante verificarmos que o monitoramento se aplica enquanto a atividade ocorre enquanto a avaliação se dá após o encerramento da atividade. Segundo o (PPA 2012-2015):

Art. 16. O monitoramento do PPA 2012-2015 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública federal.

Art. 17. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

GABARITO OFICIAL: E

35.

Afirmativa I – Verdadeiro – palavra-chave - RECURSO: atingir a meta considerando os recursos, os custos, ou seja, fazer o proposto com baixo custo.

Afirmativa II – Verdadeiro – palavra-chave - RESULTADO: fazer o que foi proposto, atingir a meta, direcionar-se para o resultado.

Afirmativa III – Falso – palavra-chave - IMPACTO: aquilo que causa impacto, ou seja, o resultado tem que ser relevante, fazer diferença, positivamente, para quem receber a ação.

GABARITO OFICIAL: E

36.

Afirmativa I – Verdadeiro – Eficiência: atingir a meta considerando os recursos, os custos, ou seja, fazer o proposto com baixo custo.

Afirmativa II – Falso – Efetividade: aquilo que causa impacto, ou seja, o resultado tem que ser relevante, fazer diferença, positivamente, para quem receber a ação. Não se trata de aspecto interno.

Afirmativa III – Falso – Eficácia: fazer o que foi proposto, atingir a meta, direcionar-se para o resultado.

GABARITO OFICIAL: E

37.

Afirmativa I – Certo – Eficiência quer dizer atingir a meta considerando os recursos, os custos, ou seja, fazer o proposto com baixo custo, o que condiz com o uso adequado dos insumos.

Afirmativa II – Certo – Efetiva é a ação que causa impacto, ou seja, o resultado tem que ser relevante, fazer diferença, positivamente, para quem receber a ação, portanto, se atendeu as expectativas do administrado ela o impactou positivamente.

Afirmativa III – Errado – A ação eficaz é aquela que alcança o que havia sido proposto.

GABARITO OFICIAL: B

38.

Em "a": Errado – a transparência é imposta como obrigação apenas à iniciativa privada.

Em "b": Errado – esses princípios se aplicam à administração pública, uma empresa privada, não se obriga, por exemplo, a mostrar (publicidade) tudo sobre si, além disso, esses princípios decorrem do Direito Constitucional, que atua na área pública e não privada.

Em "c": Errado – o início da afirmativa está correta, porém, não se aplica poder legal sobre organização privada.

Em "d": Errado – há uma série de tributos/impostos que pagamos e, nem sempre, utilizamos desses serviços.

Em "e": Certo – a eficiência e a eficácia das entidades públicas medem-se não somente pela correta utilização dos recursos, mas principalmente pelo cumprimento de sua missão e pelo atendimento, com qualidade, das necessidades e demandas do cidadão e da sociedade - na iniciativa privada medem-se pelo aumento de suas receitas, pela redução de seus gastos, ou pela expansão de seus mercados.

GABARITO OFICIAL: E

39.

Em "a": Errado – o conhecimento é apenas uma das competências, embora seja importante, não descarta as demais, que formam juntas o famoso CHA (Conhecimento/habilidades/attitudes)

Em "b": Errado – quando eu tenho um bom resultado individual, consigo potencializar meu resultado organizacional, para tanto, necessário se faz a avaliação individual e suas eventuais correções.

Em "c": Certo –

Em "d": Errado – não tem por base processos, como por exemplo, gestão de carreira e sim resultados.

Em "e": Errado – o foco principal da administração por resultados é atender ao cliente, à sua necessidade e da sociedade como um todo, e ao atender à necessidade do cliente eu provoço nele a satisfação.

GABARITO OFICIAL: C

40.

Em "a", "b", "c" e "d" – Errado – Um servidor público tem, por obrigação, apresentar um comportamento ético, respeitoso, cortes, discreto, tolerante, com discrição e uma apresentação pessoal adequada e higiênica, requisitos esses que condizem com uma conduta adequada.

Em "e": Certo – ao transmitir uma informação, de nada valerá ele apresentar todos os requisitos acima citados se sua comunicação não for eloquente, clara, objetiva, correta e eficaz.

GABARITO OFICIAL: E

41.

Em "a": Errado – o aditamento faz-se necessário quando existe modificações das condições inicialmente pactuadas. No caso da afirmativa, isso não acontece, o que temos aqui é o resultado ou reflexo da aplicação das cláusulas já previstas no contrato. (Art. 65 § 8º)

Em "b": Errado – Para evitar irregularidades na prestação de serviços ou na execução de obras públicas, exige-se que a execução do contrato administrativo seja fiscalizada e acompanhada por um representante da Administração formalmente designado: o fiscal do contrato e, na sequência do artigo, vemos a permissão da contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. (Art. 67, *caput*)

Em "c": Errado – as alterações de cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos só poderão ser alteradas se houver uma previa concordância do contratado. (Art. 58 § 1º)

Em “d”: Certo – dentre outras, as citadas são atribuições dos fiscais de contrato.
Em “e”: Errado – A possibilidade de exigência de garantia a ser fornecida pelo contratado é uma prerrogativa da Administração, que busca assegurar a adequada execução do contrato. Vale ressaltar que, embora o art. 56, da Lei nº 8.666/93 trate como facultativa a exigência da prestação de garantia (cabendo ao CONTRATADO optar pela modalidade - § 1º) nas contratações de obras, serviços e compras, a IN/SLTI/MP nº 06/2013 tornou sua exigência obrigatória para os contratos de terceirização de serviços continuados.

GABARITO OFICIAL: D

42.

Em “I”: Errado – A inadimplência do contratado não transfere à Administração Pública (Art. 71, §1º)

Em “II”: Certo – Art. 72. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.”

Em “III”: Certo – Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.”

Em “IV”: Certo – Em conformidade com a doutrina de Di Pietro o fato do príncipe *“seria um ato de autoridade, não diretamente relacionado com o contrato, mas que repercute indiretamente sobre ele; nesse caso, a Administração também responde pelo restabelecimento do equilíbrio rompido.*

Portanto, não possui relação com o contrato.

GABARITO OFICIAL: B

43.

Afirmativa I, II e III – Verdadeiro – na cadeia hierárquica, está abaixo dos dois primeiros citados, porém, embora sem autonomia financeira e administrativa, possuem poder de decisão.

Afirmativa IV – Falso – São órgãos autônomos.

GABARITO OFICIAL: C

44.

Em “a”: Errado – A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma Entidade ou em diversas Entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas. É um dos princípios aplicados à Contabilidade (Pública e Privada).

Em “b” e “c”: Errado – a similaridade ou equivalência são aspectos presente no princípio da competitividade, vejamos: art. 7º, §5º da Lei 8.666/1993, que estabelece: “É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”.

Em “d”: Certo – Art. 15, inciso I da Lei 8.666/93.

GABARITO OFICIAL: E

45.

Em "a": Certo – A Lei 9.784/1999 trata do processo administrativo e, nela consta: Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Em "b": Errado – como vimos acima ele pode sim ser dilatado.

Em "c": Errado – dilatado até o dobro e com justificação comprovada.

Em "d": Errado – é necessário comprovada justificação.

Em "e": Errado – pode ser dilatado até o dobro do prazo.

GABARITO OFICIAL: A

46.

Afirmativa I – Verdadeiro – §1º do art. 1º da Lei 9784/99 Aplicam-se aos Poderes Legislativo e Judiciário no exercício de suas funções administrativas.

Afirmativa II – Verdadeiro – art. 9º, II da Lei são legitimados como interessados no processo administrativo: pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação; aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada; as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos; as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Afirmativa III – Falso – Conforme o art. 13, da Lei 9.784/99 os atos de caráter normativo NÃO podem ser objeto de delegação.

Afirmativa IV – Verdadeiro – Art. 20 e 21

Afirmativa V – Falso – o prazo é de 30 dias e não de 90. (Art. 48 da Lei 9.784/99)

GABARITO OFICIAL: A

47.

Afirmativa I, II e III: Certo – No processo administrativo as únicas aplicações de vedação absoluta, ou seja, não se admite exceções são: Promoção pessoal de agentes e Aplicação retroativa de nova interpretação. Nas demais, a vedação é relativa, pois, se estiver previsto ou autorizado por lei, cabe exceção.

GABARITO OFICIAL: C

48.

Em "a": Errado – são vários os princípios se aplicam ao processo administrativo, e estão classificados em quatro planos: os princípios gerais da ADM pública; os princípios gerais de direito; os princípios gerais do processo e, por fim, os princípios específicos do processo administrativo, sendo esses: oficialidade, gratuidade, atipicidade, formalismo moderado e verdade material. Portanto, o processo administrativo pode ser tanto de ofício como a pedido de uma das partes ou interessado.

Em "b": Errado – não existe imprescritibilidade, como rege o Art. 54 da referida lei: O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Além desse dispositivo, temos também decisão do TRF da 5ª Região, no sentido de, ainda que por impossibilidade de reanálise de provas, pela prescrição do processo administrativo paralisado por mais de 3 anos. Essa decisão tem por objetivo inibir a inércia da administração pública e também garantir o princípio da segurança jurídica.

Em "c": Errado – a decisão definitiva da causa somente será alcançada após o completo exercício do contraditório e ampla defesa por ambos os litigantes, portanto, se dá ANTES da decisão.

Em "d": Certo.

Em "e": Errado – Um ato praticado pela Administração acometido de qualquer vício, sanável ou não, fere o princípio da legalidade, no entanto, pela invalidação ou convalidação, pode-se restaurar a legalidade. Veja Art. 55 da referida lei: Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

GABARITO OFICIAL: D

49.

Afirmativa I – Verdadeiro – apenas leis específicas podem criar autarquias.

Afirmativa II – Verdadeiro – a responsabilidade subsidiária (no caso da administração direta) só será acionada quando os recursos da autarquia não forem mais, de nenhuma forma, capazes de cumprir com as obrigações.

Afirmativa III – Verdadeiro – a administração direta exerce apenas função de controle sobre as autarquias, não havendo subordinação entre elas.

Afirmativa IV – Falso – Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI – instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros

GABARITO OFICIAL: D

50.

Afirmativa I – Verdadeiro – os órgãos públicos unitários são constituídos por um único centro de competências, com ações concentradas e sem divisões internas.

Afirmativa II – Falso – como vimos acima os órgãos unitários não possuem divisões internas

Afirmativa III e IV – Falso – Trata-se de órgãos compostos.

Resumidamente temos que:

Órgãos simples são aqueles com apenas um centro de competência, sem divisões internas, realizando as funções todas de forma centralizada.

Órgãos compostos são aqueles com vários centros de competência, com divisões internas através de departamentos, onde realizam as funções de forma descentralizada com supervisão do órgão principal.

GABARITO OFICIAL: E

51.

Em "a": Errado – aplicação de sanções a agentes públicos e a particulares que mantenham vínculo jurídico com a administração é característica do poder disciplinar, além disso, entre ADM central e ADM indireta só figura o controle finalístico.

Em "b": Errado – a edição de atos de natureza originária depende de lei.

Em "c": Errado – todo exercício do poder de polícia deve estar embasado na lei.

Em "d", Certo – por exemplo os casos de dispensa de processo licitatório.

Em "e": Errado – os atos administrativos podem ser revistos através de controle interno ou externo (vias judiciais).

GABARITO OFICIAL: D

52.

Afirmativa I – Errado – ao tribunal de contas compete apurar as irregularidades e, após a apuração, remeter ao poder competente para processar disciplinarmente os responsáveis.

Afirmativa II – Certo – Art. 71, II CF/1988.

Afirmativa III – Errado – na verdade, o tribunal de contas vai aprovar o pedido de aposentadorias, reformas e pensões encaminhado pelos órgãos pertinentes aos quais os servidores são lotados.

Afirmativa IV – Certo – Art. 71, §1º CF/1988.

GABARITO OFICIAL: D

53.

Em "a" e "c": Errado – Características da burocracia.

Em "b": Certo – A nova gestão pública, também conhecida como modelo gerencial de gestão possui foco nos procedimentos, com controle voltado para os resultados, com características de multifuncionalidade, flexibilização das relações de trabalho, busca atender ao cidadão através do alcance de resultados.

Em "d": Errado – Característica do patrimonialismo é multifuncional, define indicadores, mede e analisa resultados, foca no cidadão e procura flexibilizar as relações de trabalho.

GABARITO OFICIAL: B

54.

Em "a": Eficiência diz respeito ao fato de a organização utilizar de maneira adequada os recursos, evitando desperdícios. O enunciado da questão menciona justamente essa ideia.

Em "b": Impessoalidade é o fato de que as regras são válidas para todos e que na administração pública é preciso ser imparcial. O princípio da impessoalidade tem outras derivações como a igualdade, isonomia, finalidade e outros.

Em "c": Legalidade os agentes públicos só podem fazer o que está expresso em lei, só podem fazer o que a lei autoriza.

Em "d": Moralidade está relacionada aos princípios e valores que devem nortear a administração pública e seus agentes.

Em "e": Publicidade diz respeito ao fato de que os atos administrativos devem ser divulgados, pois todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações.

GABARITO OFICIAL: A

55.

Afirmativa I – realmente a administração pública deve defender os interesses da coletividade, pois está em jogo o bem comum.

Afirmativa II – Uma das situações de gerenciamento necessárias à administração pública é a de aprimoramento na prestação de serviços públicos.

Afirmativa III – O patrimônio público deve ser bem gerenciado e cuidado por parte da administração pública.

GABARITO OFICIAL: E

56.

Em “a”: Padronização dos processos de gestão estão voltados à gestão baseada por processos.

Em “b”: Supervisão de legalidade visa verificar o se os atos estão expressos em lei.

Em “c”: Mecanicista não é um fator de gestão por resultados.

Em “d”: A autonomia de responsabilidade contribuiu para uma gestão voltada a resultados, pois o processo de avaliação passa a ser *a posteriori*.

Em “e”: Ao contrário de do que diz o enunciado da questão é preciso vincular o planejamento e orçamento, fazer uma integração entre eles é primordial para os dias atuais.

GABARITO OFICIAL: D

57.

Em “a”, “b”, “c” e “d”: Errado – O certo é 1 dia e 08 dias consecutivos.

Em “e”: Certo – conforme prevê a Lei 8.112/90, em seu artigo 97, dispõe as situações em que o servidor poderá se ausentar do serviço e seus respectivos períodos.

I - Por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - Pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias;

III - Por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

GABARITO OFICIAL: E

58.

Afirmativa I – Falso – só será sem prejuízo da remuneração se for até 60 dias.

Afirmativa II – Falso – segundo o artigo 83, § 2º da referida Lei, esse prazo pode ser de até 60 dias com remuneração e até 90 dias sem remuneração.

Afirmativa III – Verdadeiro – art. 83, § 1º.

Afirmativa IV – Falso – considera-se a partir do deferimento da primeira licença concedida. (Art. 83, § 3º)

GABARITO OFICIAL: D

59.

Em “a”: Certo – pois as gratificações realmente se incorporam ao vencimento.

Em “b”: Errado – não existe equiparação entre adicionais e gratificações.

Em “c”, “d” e “e”: Errado – as indenizações não são incorporadas ao vencimento.

GABARITO OFICIAL: A

60.

Em "a": Errado – a responsabilização se dá por dolo ou culpa. (Art. 122)

Em "b": Errado – o servidor à Fazenda Pública, via ação regressiva (Art. 122, § 2º)

Em "c": Certo – Art. 122.

Em "d": Errado – o erro está no verbo "dever", pois, essas sanções podem cumular-se. (Art. 125)

Em "e": Errado – como vimos na alternativa anterior às sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

GABARITO OFICIAL: C

61.

Em "a", Errado – o afastamento se dá com perda total da remuneração.

Em "b": Certo – Lei nº8.112/1990 - Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração.

Em "c": Errado – como vimos acima se dá com perda total da remuneração, a não ser nos casos de exceção previstos na lei.

Em "d": Errado – previsto no art. 96 da Lei indicada no enunciado.

Em "e": Errado – a perda é total.

GABARITO OFICIAL: B

62.

Em "a": Errado – Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - Investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Em "b": Errado – Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - A nacionalidade brasileira

Não especifica que deva ser brasileiro nato.

Em "c": Errado – Art. 8º

- Provimento

- Originário

- Nomeação

- Derivado

- Vertical

- Promoção

- Horizontal

- Readaptação

- Por reingresso

- Reversão

- Aproveitamento
- Reintegração
- Recondução

Em "d": Errado – Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 3º A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

Em "e": Certo – art. 81, VIII e 92 da Lei 8112/90.

GABARITO OFICIAL: E

63.

Em "a", "d" e "e": Errado – Finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, no caso, 4 anos, será permitida nova ausência.

Em "b", Errado – Não é possível por não ter decorrido igual período.

Em "c", Certo – Conforme prevê Art. 95, § 1.

GABARITO OFICIAL: C

64.

Em "a": Errado – A autoridade deve constituir outra comissão.

Em "b": Errado – A nulidade pode ser total ou parcial.

Em "c": Errado – Ambas podem declarar nulidade.

Em "d", Certo – Art. 169 da Lei 8.112/1990.

Em "e": Errado – No mesmo ato de declaração de nulidade, ordena-se instauração de novo processo.

GABARITO OFICIAL: D

65.

Em "a": Errado – É dever do administrador público dar conhecimento de todos os seus atos, contratos ou instrumentos jurídicos. Isso dá transparência e confere a possibilidade de qualquer pessoa questionar e controlar toda a atividade administrativa.

É o dever atribuído à Administração, de dar total transparência a todos os atos que praticar, ou seja, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.

Em "b": Errado – princípio implícito - É necessária ao administrador público a indicação dos fundamentos de fato e de direito que motivaram suas ações. A Administração Pública está obrigada a agir na conformidade da lei, todos os seus atos devem trazer consigo a demonstração de sua base legal bem como das razões de fato que ensejaram a conduta administrativa.

Em "c": Certo – onde através dele espera-se o melhor desempenho possível do servidor, que ele realize suas atribuições com presteza, perfeição a fim de obter os melhores resultados

Em "d": Errado – Em sua atuação o administrador público deve atender aos ditames da conduta ética, honesta, exigindo a observância de padrões éticos, de boa-fé, de lealdade, de regras que assegurem a boa administração e a disciplina interna na Administração Pública

Em “e”: Errado – Toda a ação da Administração Pública deve ser praticada tendo em vista o interesse público, ou seja, o administrador sempre agirá e decidirá através de critérios objetivos, e nunca por opiniões pessoais.

GABARITO OFICIAL: C

66.

Em “a”: Certo – Toda a ação da Administração Pública deve ser praticada tendo em vista o interesse público, ou seja, o administrador sempre agirá e decidirá através de critérios objetivos, e nunca por opiniões pessoais.

Em “b”: Errado – princípio explícito – onde através dele espera-se o melhor desempenho possível do servidor, que ele realize suas atribuições com presteza, perfeição a fim de obter os melhores resultados

Em “c”: Errado – princípio implícito - É necessária ao administrador público a indicação dos fundamentos de fato e de direito que motivaram suas ações. A Administração Pública está obrigada a agir na conformidade da lei, todos os seus atos devem trazer consigo a demonstração de sua base legal bem como das razões de fato que ensejaram a conduta administrativa.

Em “d”: Errado – É dever do administrador público dar conhecimento de todos os seus atos, contratos ou instrumentos jurídicos. Isso dá transparência e confere a possibilidade de qualquer pessoa questionar e controlar toda a atividade administrativa.

É o dever atribuído à Administração, de dar total transparência a todos os atos que praticar, ou seja, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso.

Em “e”: Errado – Cuidado com a alternativa “e”: embora a maior parte entenda que se trata de um atributo do ato administrativo, existe uma corrente doutrinária, (aqui citamos Di Pietro) que classifica a presunção de legitimidade ou de veracidade como princípio.

E a FCC tem uma tendência a usar como base para elaboração de suas questões essa autora.

Mas independente disso, o próprio enunciado facilita a compreensão no trecho que diz: “sob o fundamento de que os atos pertencem ao órgão e não ao agente público”, ou seja, toda atuação do agente público deve ser imputada ao órgão por ele representado e não ao agente em si.

GABARITO OFICIAL: A

67.

Em “a”, Errado – princípio implícito - visa a proibir o excesso, no sentido de aferir a compatibilidade entre meios e fins de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais. Dessa forma, veda a imposição pelo Poder Público, de obrigações e sanções em grau superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público. Assim, se o administrador adotar medida manifestamente inadequada para alcançar a finalidade da norma, estará agindo em detrimento do princípio da razoabilidade.

Em "b": Errado – no qual, por meio dele, espera-se o melhor desempenho possível do servidor, realizando suas atribuições com presteza, perfeição, a fim de obter os melhores resultados.

Em "c": Certo – princípio implícito que parte do pressuposto no qual os atos administrativos praticados pelo Estado devem estar sempre de acordo com a lei. Sabe-se, contudo, que nem sempre essa é a realidade da vida prática. Muitas vezes percebe-se que os atos administrativos são praticados em desacordo com os seus requisitos.

Em "d": Errado – não está entre os princípios elencados.

Em "e": Errado – Embora seja uma questão fácil, pode gerar alguns questionamentos, afinal, o princípio da Publicidade não é absoluto, visto que em alguns casos cabe exceção. Dentro do contexto da publicidade devemos ter sempre em mente que, se a informação é de interesse do coletivo, deve atender o princípio da publicidade e do acesso à informação.

GABARITO OFICIAL: C

68.

Em "a": Errado – nem todos os atos públicos obrigatoriamente devem ser publicados.

Em "b": Errado – infelizmente, pois, existe uma série de atitudes e condutas que embora sejam imorais, não significa que sejam ilegais.

Em "c": Errado – um princípio CONSTITUCIONAL não se sobrepõe a outro.

Em "d": Certo – tanto o impedimento (cujo caráter é objetivo; tem-se uma presunção absoluta) quanto a suspeição (caráter subjetivo; presunção relativa) tem por finalidade evitar que uma atuação imparcial possa se fazer presente no processo, ferindo assim o princípio da impessoalidade.

Em "e": Errado – a administração pública "poderá" dar prevalência a um princípio em detrimento de outro, desde que o faça justificadamente. Inclusive, pode ser que a supremacia do interesse público supere a legalidade, a depender da justificativa e análise do caso concreto.

GABARITO OFICIAL: D

69.

Em "a": Errado – O erro da alternativa é colocar na mesma situação os que DEVEM e os que PODEM, o que pela lei, não confere.

Em "b": Errado – A afirmativa está em conformidade com o Art. 54. - O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Em "c": Errado – A afirmativa está em conformidade com o Art. 50. - Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

Em "d": Errado – A afirmativa está em conformidade com o Art. 50, III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública.

Em "e": Errado – é utilizada para a situação em que os fundamentos de fato de um ato administrativo são indicados pela motivação, hipótese na qual a validade do ato depende da veracidade dos motivos alegados.

GABARITO OFICIAL: A

70.

Em "a": Certo – conforme Art. 1º, § 2º - O núcleo de estatística e gestão estratégica tem caráter permanente e deve auxiliar o Tribunal na racionalização do processo de modernização institucional.

Em "b": Errado – ele é subordinado ao Presidente ou Corregedor do Tribunal.

Em "c": Errado – não é facultativo, pelo contrário, são necessários para que, coordenados, cooperam para o pleno funcionamento do Sistema de Estatística do Poder Judiciário.

Em "d": Errado – preferencialmente por servidores com formação em DIREITO, ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, sendo indispensável servidor com formação em ESTATÍSTICA.

Em "e": Errado – a especialização indispensável citada no § 1º é na área de estatística, não sendo citados especialistas com formação em ciências atuárias ou contabilidade.

GABARITO OFICIAL: A

71.

Em "a": Errado – a desconcentração ocorre âmbito interno de cada entidade (política ou administrativa), porém por mais de um órgão público, que divide competências.

Em "b": Errado – a outorga transfere titularidade, porém, o exercício se refere à transferência de execução da atividade apenas.

Em "c": Certo – trata-se da descentralização por delegação/colaboração.

Em "d": Errado – na concentração a função administrativa é exercida no âmbito interno de cada entidade (política ou administrativa), por apenas um órgão público, sem qualquer divisão.

GABARITO OFICIAL: C

72.

Em "a": As auditorias são inspeções e controles que ocorrem na organização e podem ser entendidos como interno ou externo.

Em "b": Agência executiva é uma espécie de autarquia ou fundação que celebra contrato de gestão com a administração direta.

Em "c": Assembleias legislativas não mais são que órgãos de representação do poder legislativo que reúne os nossos representantes (deputados estaduais).

Em "d": Sistemas de controle interno pode ser entendido como um plano de uma organização no intuito de averiguar e verificar os dados sejam eles contábeis ou operacionais para um melhor desempenho organizacional.

Em "e": Conselhos gestores de políticas públicas tem por composição o poder público e a sociedade e a sua finalidade é fazer com que a sociedade participe para elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

GABARITO OFICIAL: E

73.

Em "a": A orientação está centrada no cidadão-cliente e voltada à qualidade na prestação dos serviços públicos.

Em "b": Promove a lógica de sistemas abertos de maneira holística, ou seja, enxergando o todo e interagindo com o ambiente.

Em "c": A contratação na administração pública indireta continua sendo por meio de concurso público.

Em "d": Se pensarmos a respeito dos produtos e serviços a administração pública fomenta a desestatização.

Em "e": O foco passa a ser os resultados e precisa estar em consonância com a ideia da eficiência, ou seja, utilização do recurso da forma correta.

GABARITO OFICIAL: E

74.

Para uma organização é importante a mensuração do desempenho como forma de se orientar se está ou não no caminho certo, para isso utiliza-se os indicadores de desempenho. Uns ligados ao esforço e outros ligados aos resultados. Eficiência – Eficácia e Efetividade são dimensões referentes aos RESULTADOS. Economicidade – Excelência e Execução são referentes aos Esforços. Eficiência diz respeito a utilização do recurso da maneira correta. Eficácia é a ênfase dos resultados. Efetividade são ações que causam impacto, que geram satisfação aos clientes. Excelência é a conferência se está de acordo com os padrões de qualidade. Economicidade é o processo de medição para se verificar se obteve pelo menor ônus possível. Execução é a realização das tarefas.

GABARITO OFICIAL: A

75.

O modelo de excelência em gestão pública trouxe grandes avanços e para melhoria da qualidade do serviço público como o próprio enunciado informa, uma gestão focada em resultados e orientada para o cidadão, pois o intuito é satisfazer as necessidades atendendo às suas expectativas. Qualidade são as características do produto ou serviço e que podem ser melhoradas de maneira contínua quando se tem diretrizes apropriadas para entregar cada vez mais um serviço adequado para o cidadão.

GABARITO OFICIAL: E

76.

Em "a": Controle social é atuação que se define pela participação das partes interessadas no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades da Administração Pública e na execução das políticas e dos programas públicos.

Em "b": Desenvolvimento de parcerias é o desenvolvimento de atividades conjuntamente com outras organizações com objetivos específicos comuns, buscando o pleno uso das suas competências complementares para desenvolver sinergias.

Em "c": Visão de futuro indica o rumo de uma organização e a constância de propósitos que a mantém nesse rumo. Está diretamente relacionada à capacidade de estabelecer um estado futuro desejado que garanta coerência ao processo decisório e que permita à organização antecipar-se às necessidades e expectativas dos cidadãos e da sociedade.

Em "d": Cultura da inovação é promoção de um ambiente favorável à criatividade, à experimentação e à implementação de novas ideias que possam gerar um diferencial para a atuação da organização.

Em "e": Orientação por processos e informações é a compreensão e segmentação do conjunto das atividades e processos da organização que agreguem valor para as partes interessadas, sendo que a tomada de decisões e a execução de ações devem ter como base a medição e análise do desempenho, levando em consideração as informações disponíveis.

GABARITO OFICIAL: A

77.

Em "a": A divulgação de informações voluntárias é uma forma de transparência ativa.

Em "b": Existência de serviço de informação ao cidadão é a maneira de se ter uma transparência passiva, pois nesse caso o cidadão irá solicitar a informação.

Em "c": Existência de página eletrônica oficial do ente é uma maneira de divulgação utilizando a transparência ativa.

Em "d": Informação disponível de forma imediata é transparência ativa.

Em "e": Restrição à informação de caráter pessoal, portanto não acesso à informação.

GABARITO OFICIAL: B

78.

Em "a": A produtividade é a relação entre a produção e os fatores de produção.

Em "b": Eficácia é o indicador que mede o resultado, ou seja, verifica se foi alcançado os objetivos.

Em "c": Eficiência é verificar o quanto o recurso foi utilizado de maneira correta, o intuito é averiguar pelos dados se conseguiu fazer mais com menos.

Em "d": Estratégia é o caminho para o alcance dos objetivos. Em primeiro lugar deve ser feita uma análise estratégica de diagnóstico e depois de obter informações, escolhe-se a estratégia.

Em "e": Missão organização é a razão de existência sem estabelecer um determinado período, pois é ATEMPORAL.

GABARITO OFICIAL: B

79.

Em "a", eficácia está relacionada à medição de resultado, mensurar o quanto os objetivos e metas foram atingidos.

Em "b", eficiência diz respeito à utilização dos recursos da maneira certa, fazer mais com menos.

Em "c", efetividade é medir o quanto a ação causou impacto, transformação e satisfação para o cliente, no caso da administração pública o cidadão.

Em "d", excelência é justamente verificar o quanto algo foi feito dentro dos padrões de qualidade estipulados.

Em "e", economicidade é medir se foi feito pelo menor ônus possível.

GABARITO OFICIAL: D

80.

Em "a": Escalas gráficas são fatores de avaliação previamente escolhidos e que recebera um fator de graduação como: ótimo, bom, regular, ruim e péssimo por exemplo. É um método muito utilizado, simples e de fácil utilização, porém apresenta grandes chances de subjetividade.

Em "b": Incidentes críticos uma forma de avaliação em que se leva em consideração o que é extremamente positivo ou negativo, conforme mencionado no enunciado da questão.

Em "c": Ordenação simples é ter dados ordenados de maneira mais fácil, ocorre em situações recomendadas para pequeno conjunto de dados.

Em "d": Distribuição forçada visa fazer uma escolha entre um fator de avaliação e outro.

Em "e": Comparação por pares é um método bastante criticado, pois comparar pessoas foge um tanto quanto da ideia que pessoas são diferentes, porém é um método bastante utilizado no dia a dia das organizações.

GABARITO OFICIAL: B

81.

Em "a": Accountability é o fato da prestação de contas por parte do gestor e agente público perante a sociedade. A nova gestão pública trouxe o conceito da descentralização em que a tomada de decisão está agora nos níveis inferiores, porém isso aumenta a responsabilidade do agente.

Em "b": O resultado é priorizado REM relação ao processo.

Em "c": Todos têm direito de receber do órgão públicos informações, a lei de acesso à informação conceitua a observância da publicidade como preceito geral.

Em "d": Orientação empreendedora está atrelada a uma gestão inovadora, baseada na cultura da inovação.

Em "e": De maneira alguma há uma redução dos limites entre a coisa pública e privada.

GABARITO OFICIAL: A

82.

Em "a": As duas formas de administração utilizam o planejamento, a organização, a direção e o controle. As funções administrativas são importantes para o alcance dos objetivos, assim como motivação e avaliação de resultados.

Em "b": Não podemos dizer necessariamente que a administração privada só visa o lucro.

Em "c": Na administração pública os gestores só podem fazer o que está autorizado em lei e na administração privada o que não está proibido.

Em "d": Eficiência é medida quando se verifica se os recursos foram utilizados da maneira correta.

Em "e": Tanto na administração pública como na privada os gestores precisam prestar contas.

GABARITO OFICIAL: C

83.

Em "a": no Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado encontraremos os 04 (quatro) setores.

Em "b": as reformas a que se refere a alternativa citada faz parte de todo o processo da administração e não apenas atividades.

Em "c": o Plano Diretor da Reforma do Estado, contemplou os setores, dentre eles, as atividades exclusivas que é o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado - o poder de regulamentar, fiscalizar, fomentar. SERVIÇOS NÃO EXCLUSIVOS. Corresponde ao setor no qual o Estado atua simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas.

Em "d": na verdade, o PDRAE – Plano Diretor da Reforma Administrativa do Aparelho do Estado visava reduzir de uma certa forma a burocracia, pelo menos no sentido de suas disfunções, pois a ideia é dar mais celeridade e dinamismo à administração pública.

Em "e": podemos dizer que gerencialismo é todo o processo, ao passo que descentralização é um dos pontos-chaves da mudança, visto que na administração burocrática tínhamos a centralização ligada à tomada de decisão e agora o conceito está voltado à descentralização, pois a tomada de decisão está agora também nos níveis inferiores.

GABARITO OFICIAL: C

84.

Em "a": a racionalidade é uma das características inerentes de Max Weber, a administração deve ser racional-legal, ou seja, razão e legalidade.

Em "b": a divisão especializada em tarefas é a ideia de que a organização necessita tornar uma tarefa complexa em partes mais simples.

Em "c": eficiência - conceito aplicado no intuito de utilizar o recurso de maneira correta, evitando desperdícios.

Em "d": a centralização ocorria no que se refere à tomada de decisão, somente os gestores de níveis superior de escala da organização poderiam tomar decisões.

Em "e": as regras são válidas para todos e, portanto, são impessoais, característica do tipo ideal para Weber.

GABARITO OFICIAL: D

85.

Em "a": dos termos citados na alternativa o único que faz parte do rol de princípios e valores da nova gestão pública é a efetividade – ações que causam impacto. A criatividade de uma certa forma pode até ter um entendimento relacionado com a inovação.

Em "b": a racionalidade é um princípio mais relacionado à burocracia, enquanto que os demais termos não são necessariamente princípios.

Em "c": nenhum dos termos citados são princípios e valores inerente à nova gestão pública.

Em "d": a descentralização é direcionada à tomada de decisão ou transferência. A desconcentração no intuito de transferir dentro da mesma entidade. Profissionalização deve ocorrer tanto da administração pública como também de seus colaboradores (servidores). Transparência é um princípio importante no âmbito da administração pública em que os atos administrativos precisam ser divulgados e com condições de avaliação por parte inclusive do cidadão.

Em "e": os termos citados não fazem parte de princípios norteadores da nova gestão pública.

GABARITO OFICIAL: D

86.

Em "a": com a reforma administrativa a partir de 1995, a administração pública passa a ter uma visão voltada ao cidadão.

Em "b": a administração pública visa suprir as necessidades da população por meio de políticas públicas, entregando bens e serviços.

Em "c": um dos fundamentos da administração pública é o bem comum, ou seja, interesse de todos.

Em "d": na concepção da nova gestão pública o administrador público é responsável em desenvolver ações voltadas à satisfação do cidadão. O conceito que se compreende hoje é de que o cidadão é o cliente da administração pública.

Em "e": as responsabilidades do agente público aumentaram na medida que a administração se volta à satisfação das necessidades do cidadão-cliente. Essa responsabilidade está inserida num programa de trabalho mais sofisticado de gerenciamento institucional, pois trata de repassar mais autonomia ao agente contribuindo inclusive para a sua própria satisfação.

GABARITO OFICIAL: D

87.

O ocorrido foi exatamente o oposto, visto que a CF/1988 aumentou a burocratização para o Estado. No aspecto político até trouxe avanços, mas no tocante ao aspecto administrativo, o que de fato aconteceu foi um retrocesso, com aumento da centralização administrativa, aumento da ineficiência, aumento da inflexibilidade na Administração Indireta, retirada da autonomia do Poder Executivo, enfim, predomínio burocrático.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

88.

A Reforma Administrativa no Brasil, baseada nos modelos gerenciais, voltados para o resultado e focado no cidadão, trouxe modernização, padronização e normatização nas áreas de pessoal, compras e execução orçamentária, estabelecendo ainda, cinco princípios estruturais da administração pública: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle.

Os planejamentos se apresentam com bases em análises técnicas, com a finalidade de reorganizar a administração pública, e também se percebe essa característica quando temos uma descentralização da Adm. Direta com base em serviços públicos especializados e técnicos.

GABARITO OFICIAL: CERTO

89.

O DASP tinha como atribuição modernizar a máquina administrativa utilizando como instrumentos a afirmação dos princípios do mérito, a centralização, a separação entre público e privado, a hierarquia, a impessoalidade, a rigidez e universalidade das regras e a especialização e qualificação dos servidores.

Como características do DASP podemos citar a forte institucionalização de programas de formação e profissionalização de servidores públicos e o fato de ter expandido o sistema de mérito e estabelecido diretrizes para elaboração de plano de classificação de cargos.

GABARITO OFICIAL: CERTO

90.

A reforma administrativa em diferentes países nas décadas de 80 e 90 evidenciam a existência de 4 (quatro) modelos da NPM que foram introduzidos no setor público, dentre eles, esses dois que tratam exatamente dessa questão monopolista e da eficiência, como podemos ver abaixo

Modelo de Impulso para a Eficiência

Baseado na Economia Política do Thatcherismo (*public choice*)

- Exacerbação dos controles financeiros
- Parametrização dos serviços públicos
- Foco na capacidade de resposta
- Incremento de produtividade Eficiência crua

Modelo Downsizing e Descentralização

Associado à crise do paradigma das mega organizações públicas

- Processos de Privatização
- Redução de Hierarquia
- Busca de formas flexíveis na prestação do serviço público
- Gerenciamento em redes e parcerias (gestão de contratos) Minimalista, descentralizador.

GABARITO OFICIAL: CERTO

91.

No início da década de 60 do século passado, era consenso que a forma de gerir a coisa pública adotada pela burocracia era empecilho ao desenvolvimento nacional, porém, O Programa Nacional de Desburocratização só foi instituído em 1979, através do Decreto nº 83.740.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

92.

A referida reforma ocorreu no período de 1995 a 2002, denominado como *O gerencialismo da Era FHC*, e foi o ícone do governo Fernando Henrique Cardoso, em relação à administração pública brasileira. A reforma gerencial teve como instrumento básico o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que visava à reestruturação do aparelho do Estado para combater, principalmente, a cultura burocrática.

GABARITO OFICIAL: CERTO

93.

O modelo burocrático, em decorrência do excesso administrativo que apresentava, não favorecia a fluidez das ações, que deveriam ser mais céleres para serem mais eficientes. Além disso, nesse modelo prevalecia um forte formalismo que engessava a autonomia, fazendo assim com que as pessoas tivessem menos produtividade e menos eficiência em seus resultados.

Portanto, a Reforma Gerencial nasceu exatamente da pressão por maior eficiência ou menores custos que se seguiu à transformação do Estado Democrático Liberal em Estado Democrático Social.

Ela traz consigo os desafios de:

- _ a superação do formalismo
- _ a redução de desigualdades
- _ aumento da eficiência sistêmica e da eficácia dos serviços públicos e da efetividade das políticas públicas (importância da gestão)

GABARITO OFICIAL: ERRADO

94.

A estruturação da Máquina Administrativa passou por sete períodos, vindo de um modelo patrimonial percebida até a década de 30, na sequência veio a Era Vargas, na qual vemos o modelo burocrático e na segunda metade da década de 90, deu início a implementação do modelo gerencial.

Podemos dividir essa estruturação em sete etapas, quais sejam:

- 1) 1930 a 1945 – Burocratização da Era Vargas
- 2) 1956 a 1960 – A administração paralela de JK
- 3) 1967 – A reforma militar
- 4) 1988 – A administração pública na nova Constituição
- 5) 1990 – O governo Collor e o desmonte da máquina pública
- 6) 1995/2002 – O gerencialismo da Era FHC
- 7) Nova Administração Pública: O movimento “reinventando o governo” difundido nos EUA e a reforma administrativa de 95, introduziram no Brasil a cultura do management, trazendo técnicas do setor privado para o setor público.

Portanto, não podemos considerar o modelo patrimonial nessa questão, pois, foi a partir dele que se deu início às reformas.

GABARITO OFICIAL: CERTO

95.

O Decreto-Lei 200/67 que distinguiu claramente a Administração Direta (exercida por órgãos diretamente subordinados aos ministérios) da indireta (formada por autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), trouxe modernização, padronização e normatização nas áreas de pessoal, compras e execução orçamentária, estabelecendo ainda, cinco princípios estruturais da administração pública: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competências e controle.

Esse princípio da descentralização tinha por finalidade flexibilizar a administração e, isso se percebe na possibilidade de contratar, por meios que não fossem concursos públicos, para escalões superiores da administração, assim como a contratação técnica de serviço especializado.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

96.

Em "a": a formulação está ligada ao planejamento, pois trata da ideia de formular as estratégias de acordo com o que foi diagnosticado.

Em "b": operação pode ser entendido como a execução da tarefa, portanto o "agir" e inclui também outros aspectos como o acompanhamento (monitorar) e a avaliação.

Em "c": o diagnóstico acontece no planejamento, mais propriamente dito na análise estratégica.

Em "d": estratégia ocorre no planejamento, subdivide-se em fases de análise (diagnóstico) e escolha das estratégias.

Em "e": controle é uma das funções administrativas do processo organizacional, é cíclico e possui etapas – definir padrão de desempenho; monitorar; avaliar e ação corretiva.

GABARITO OFICIAL: B

97.

Em "a": na verdade, a administração burocrática tem como controle os processos e não necessariamente o desempenho. A delegação de autoridade também não faz jus à burocracia, pois o que se tem é a centralização.

Em "b": a administração gerencial é voltada aos resultados, enquanto a administração burocrática aos procedimentos/processos.

Em "c": autorreferência e a promoção dos próprios interesses características da administração patrimonialista.

Em "d": o foco da administração burocrática está nos processos e um controle rígido "a priori", pois há uma desconfiança no servidor público.

Em "e": na administração gerencial a descentralização passa a ser um dos princípios relevantes, a ideia é dar mais autonomia aos níveis inferiores (operacionais) para que os gestores possam tomar decisões. O controle é "a posteriori", ou seja, resultados por meio de avaliação de desempenho num constante processo de melhoria.

GABARITO OFICIAL: E

98.

Em "a", o desenvolvimento sustentável tem justamente duas grandes preocupações, inclusão social e proteção ambiental, refletindo assim a maneira como a organização atuará em busca de conquistar seus objetivos organizacionais. O crescimento econômico deve estar pautado numa forma de desenvolvimento capaz de lidar com as situações e que dessa forma estará inserida em valores e princípios de que tratam da vida da sociedade como um todo.

Em "b", apesar de o enunciado da questão trazer informações como "pauperismo" isso não se refere à inclusão econômica e sim social.

Em "c", inclusão internacional e mudanças ambientais não procede com o enunciado destacado da questão.

Em "d", na verdade o texto da questão está relacionado à inclusão social e proteção ambiental.

Em "e", pelo texto do enunciado da questão não se pode tirar como conclusão, crescimento industrial e as mudanças sociais.

GABARITO OFICIAL: A

99.

Em "a", no Brasil são 03 (três) poderes, Legislativo, Judiciários e Executivos, a reforma do aparelho do Estado da década de 90 visava tratar no âmbito do executivo.

Em "b", a reforma do aparelho do Estado da década de 90 no governo de Fernando Henrique Cardoso foi uma reforma administrativa.

Em "c", a cultura deixa de ser burocrática e passa a ser gerencial.

Em "d", a reforma administrativa do aparelho do Estado foi um marco para toda a estrutura organizacional, pois a ideia era trazer conceitos da iniciativa privada para a pública, claro de uma forma adaptável conforme as particularidades da administração pública. O modelo gerencial foi instituído focado em resultados e cidadão, controle por resultados e aperfeiçoamento da profissionalização, tanto da própria administração como também do agente público.

Em "e", relações de propriedade pode se dizer que foi uma preocupação da administração burocrática.

GABARITO OFICIAL: D

100.

Em "a", a focalização na administração pública a partir da década de 90 passa a ser o cidadão e também com foco nos resultados. A universalidade como forma de a administração pública atuar de maneira que os direitos, benefícios seja de forma mais ampla possível. A participação e a integração da sociedade/cidadão tornam-se extremamente importante, pois a administração pública visa uma gestão de qualidade e isso requer saber ouvir de quem mais pode informar o que precisa em seu dia a dia.

Em "b", verticalidade está fora dos parâmetros da nova gestão pública, pois visa a uma estrutura mais horizontalizada.

Em "c", a centralização era um preceito da administração pública burocrática, a partir da década de 90 pela reforma administrativa do aparelho do Estado passa a ter um conceito de descentralização em que a tomada de decisão está nos níveis inferiores (operacionais).

Em "d", a territorialidade conceito já antes utilizado refere-se ao Estado exercer a sua soberania de forma geográfica.

Em "e", a partir da reforma do Estado da década de 90 passamos a ter a descentralização.

GABARITO OFICIAL: A

101.

Em "a", as formas que foram sucedendo ao longo do tempo são: patrimonialista, burocrática e gerencial.

Em "b", a reforma do estado alterou a maneira de administração de burocrática para justamente gerencial. A administração gerencial traz consigo conceitos de burocracia como formalidade, impessoalidade e profissionalismo, porém com mais flexibilidade e mudança do foco que deixa de basear-se nos processos e passa a basear nos resultados.

Em "c", a Burocrática foi implantada na década de 30 que visava combater o patrimonialismo.

Em "d", a administração Patrimonialista não foi implantada, pois surgiu naturalmente com a colonização e principalmente com a chegada da família imperial no Brasil, perdurou até meados da década de 30.

Em "e", desenvolvimentista é entendida como uma política econômica pautada no crescimento de produção industrial e também da infraestrutura do Estado com base no aumento do consumo.

GABARITO OFICIAL: B

102.

Em "a", o enunciado da questão está tratando mais propriamente dito de uma teoria. A teoria dos sistemas em que se enxerga que a organização tem uma relação de interdependência das suas partes, uma integrada com a outra.

Em "b", contingente é a ideia do relativo, ou seja, depende. Não há nada absoluto.

Em "c", funcional tipo de conceito ligado a uma organização que usa como estrutura a especialização.

Em "d", sistêmico conceito de uma teoria relacionada às partes e que essas estão ligadas a sistemas maiores e para isso é preciso enxergar o "todo" não só uma parte, tendo assim uma visão holística.

Em "e", burocrática é a teoria de Max Weber, dizia que a administração precisava ser racional-legal com parâmetros de formalidade, impessoalidade e profissionalismo, além também da hierarquia, centralização.

GABARITO OFICIAL: D

103.

Em "a", a missão é a razão de existência ou razão de ser da organização conforme a primeira frase no enunciado da questão. Visão é que pretende ser, estar, chegar é uma ideia de futuro que ultrapassa as fronteiras da organização, pois é ser reconhecida pelo seu público.

Em "b", objetivo estratégico é o que se pretende alcançar a longo prazo e a meta é a segmentação do objetivo.

Em "c", ponto forte e oportunidade faz parte da análise SWOT ou FOFA. Fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. Metodologia que serve para fazer a análise estratégica.

Em "d", fator crítico de sucesso é a vantagem competitiva da organização, aquilo será o diferencial e que agregará valor.

Em "e", condicionante estratégico é o processo de implantação do planejamento estratégico.

104.

Em "a", a hierarquia a partir da administração pública gerencial tem como uma das premissas uma hierarquia menos rígida, ou seja, mais horizontalizada.

Em "b", a impessoalidade é uma característica, apesar de válida até os dias atuais, da administração pública burocrática.

Em "c", flexibilidade organizacional é um dos preceitos da administração pública gerencial, instituída pela reforma do Estado na década de 90, a estrutura já era rígida, então era preciso flexibilizar os processos e dar mais poder de decisão aos gestores de níveis inferiores e dessa maneira conseguia-se ter uma resposta (solução) para os problemas de maneira mais rápida.

Em “d”, administração tecnocrática em que se tem um sistema social na forma de poder político e as decisões são técnicas e científicas, isso ocorreu por conta da expansão de algumas áreas como físicos, químicos, engenheiros e outros.

Em “e”, ordenamento rígido de normas é um conceito totalmente voltado para a administração burocrática.

GABARITO OFICIAL: C

105.

Em “a”, uma das grandes proposições da reforma administrativa do aparelho do Estado era superar o período burocrático, pois entendeu-se que o Estado deveria ser muito mais parecido com a iniciativa privada.

Em “b”, medir o desempenho ou resultados é uma premissa válida da administração pública gerencial.

Em “c”, também se refere a uma premissa da administração gerencial, pois visa entregar bens e serviços à população com mais qualidade.

Em “d”, o controle social torna-se, na administração gerencial, fator crucial para melhoria dos serviços públicos.

Em “e”, ao contrário que diz o enunciado da alternativa, o Estado se desenvolve por meio de parcerias e isso faz com que haja um aumento significativo de desenvolvimento social e econômico.

GABARITO OFICIAL: A

106.

Em “a”, Welfare State é a ideia do Estado do Bem-estar em que o estado garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social.

Em “b”, privatizar riscos sociais não faz sentido, pois o Estado atua justamente para trabalhar baseado nos riscos sociais.

Em “c”, os benefícios sociais eram como forma de reduzir bolsões de pobreza e assim aumentando padrões de riquezas.

Em “d”, a prestação de serviços era pública.

Em “e”, a defesa dos direitos dos cidadãos na saúde, educação e alimentação e a regulação da economia e universalização social.

GABARITO OFICIAL: A

107.

Em “a”, a única perspectiva informada no enunciado da alternativa que procede é a financeira.

Em “b”, no BSC não se fala em perspectiva governamental.

Em “c”, o BSC apresenta 04 perspectivas, são elas: Financeira, Cliente, Processos Internos e Aprendizado/Crescimento.

Em “d”, o BSC enfatiza os aspectos financeiros e não-financeiros.

Em “e”, as perspectivas estão alinhadas à Visão e a Estratégia. Fatores críticos são aqueles que levam ao sucesso da organização.

GABARITO OFICIAL: E

108.

Em "a", Programar, Executar, Eliminar riscos e Agir - os nomes referentes à sigla PDCA não condizem. O correto é Planejar (Plan), Executar (Do), Verificar (Check) e Agir (Act).

Em "b", Programar, Definir riscos, Controlar escopo e Agir - os nomes referentes à sigla PDCA não condizem. O correto é Planejar (Plan), Executar (Do), Verificar (Check) e Agir (Act).

Em "c", Planejar, Definir, Controlar e Anteceder os nomes referentes à sigla PDCA não condizem. O correto é Planejar (Plan), Executar (Do), Verificar (Check) e Agir (Act).

Em "d", Planejar, Fazer, Executar e Agir - os nomes referentes à sigla PDCA não condizem. O correto é planejar (Plan), Executar (Do), Verificar (Check) e Agir (Act).

Em "e", o ciclo PDCA é uma metodologia de melhoria contínua dos processos, visando uma melhor qualidade a cada vez que o processo "roda". É um ciclo e, portanto, nunca deve parar, pois a melhoria é constante. Os passos são os seguintes: Plan/Do, Check/Act. Traduzindo isso temos, Planejar, Executar, Checar/Verificar e Ação. No planejamento definem-se os objetivos e metas para melhoria da qualidade. Na execução coloca-se em prática o plano, treina funcionários e o capacita-os. Na fase de Verificação, avalia com o que foi planejado e executado. A fase de Ação padroniza se estiver tudo correto ou altera criando assim um novo padrão.

GABARITO OFICIAL: E**109.**

Em I – Plan ou Planejamento é a definição dos objetivos e metas e os planos de ação.

Em II – Do ou Execução é a execução dos planos de ação.

Em III – Check ou Checar é a verificação do cumprimento do plano de ação.

Em IV – Act ou Ação é a tomada de ação se precisará de correção ou se padronizará.

GABARITO OFICIAL: C**110.**

Em "a", realizar concorrência é um dos objetivos, mas não o principal (final).

Em "b", a isonomia é dos princípios estabelecidos pela lei de licitação, igualdade de oportunidade para todos que desejam fazer negócios com a administração pública.

Em "c", o objetivo final e principal da administração pública quando se trata de licitação é escolher a proposta mais vantajosa, quando um edital de licitação é lançado temos todas as regras e parâmetros para participação. No edital menciona-se o tipo de licitação que será a maneira que a administração pública fechará negócio com o ganhador.

Em "d", impessoalidade é considerado um dos princípios, está lidado à isonomia.

Em "e", a publicidade é também um princípio do processo licitatório.

GABARITO OFICIAL: C

111.

Em “a”, o controle social já é por si só o nome dado ao tipo de controle exercido pela sociedade. Controle vertical é feito por meio do voto e eleição, pois nesse caso tem-se o administrador e o administrado.

Em “b”, ao Poder Legislativo confere o controle externo.

Em “c”, justamente conforme mencionado no enunciado da alternativa na execução orçamentárias temos o controle interno e externo.

Em “d”, mesmo sendo independentes, os poderes passam por processo de controle entre eles.

Em “e”, na verdade são os Poderes. Como por exemplo temos o Poder Legislativo que faz controle perante o Poder Executivo, o Poder Legislativo tem como auxiliador o Tribunal de Contas.

GABARITO OFICIAL: C

112.

Em “a”, o Benchmarking não faz processo de medição de custos e de ciclo de vida do produto, na verdade compara resultados de melhores práticas para usar e assim conseguir obter resultados excelentes.

Em “b”, está mais para a Teoria de Pareto, teoria 80/20.

Em “c”, não faz parte do objetivo do benchmarking.

Em “d”, o enunciado nada tem a ver com conceitos de benchmarking.

Em “e”, é justamente o conceito do Benchmarking, comparação das melhores práticas e implementar. A ideia é ter um ponto referencial e nesse sentido imitá-lo e até mesmo melhorá-lo.

GABARITO OFICIAL: E

113.

A desconcentração é a distribuição do serviço público dentro da mesma Pessoa Jurídica, no mesmo núcleo, razão pela qual será uma transferência com hierarquia.

GABARITO OFICIAL: CERTO

114.

De acordo com o Decreto nº 1.171/1994, que versa sobre a Ética Profissional do Servidor Público, é proibido ao servidor, deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister.

GABARITO OFICIAL: CERTO

115.

Decreto 1.171/94 –

II - O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no art. 37, caput, e § 4º, da Constituição Federal.

O servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. O dispositivo tem a finalidade de nos fazer pensar na análise que o servidor público deve aplicar à sua conduta, afinal, em se tratando do “honesto” e “desonesto” a situação é mais clara, mas cabe lembrar que o mesmo dispositivo aborda os aspectos legal, conveniente e oportuno, que muitas vezes acaba não sendo tão fácil assim de se aplicar, afinal, o conveniente para um pode não ser para outro, assim como, o oportuno, assim como sabemos que nem tudo que é imoral é ilegal e, é aí que entra a última parte do dispositivo, diante de uma situação que possa deixar dúvidas sobre qual seria a melhor conduta: *“mas principalmente entre o honesto e o desonesto”.* Ou seja, a lei sempre, rigorosamente, deve ser obedecida, mas em caso que esta não seja explícita, o elemento ético deve conduzir a conduta do servidor.

GABARITO OFICIAL: CERTO

116.

Temos aqui o disposto na CF/1988, em seu art. 37, § 4º, e embora o enunciado não esteja completo, está correto. Vale acrescentar que o artigo rege ainda a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei.

Para aqueles que julgarem o enunciado incompleto e por isso, errado, vale destacar que o mesmo não cita que se trata apenas dessas consequências citadas, portanto, dificilmente um recurso seria aceito.

GABARITO OFICIAL: CERTO

117.

Questão fácil de ser respondida por sabermos que na Administração Direta, de acordo com a estrutura atual, é adotado o critério de departamentalização funcional, com cadeia de comando centralizada no topo da estrutura.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

118.

A Empresa Pública, que é pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito, compõe, junto com as Autarquias, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas, a Administração Indireta.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

119.

Autonomia política é dada apenas para Administração Direta.

GABARITO OFICIAL: CERTO